



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 002

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 002

002ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Geraldo Cartário 13

Dep. Luciana Rafagnin 15

Dep. Dobrandino da Silva 15

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Edson Strapasson 18

Dep. Plauto Miró 20

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 13

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 17

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 19

Dep. Ribas Carli Júnior 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 32

Transcrição 35

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro

Dezembro/08 36

DIÁRIO Nº 002

002ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

04 DE FEVEREIRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jocelito Canto e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Durval Amaral, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Pedro Ivo e Reni Pereira (10).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Beti Pavin (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 095/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DP 017/09, contendo informação do Diretor Presidente em exercício da SANEPAR, acerca da Indicação Legislativa nº 803, de autoria do Deputado Dr. Batista. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 112/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DP 019/09, contendo informação do Diretor Presidente em exercício da SANEPAR, acerca da Indicação Legislativa nº 797, de autoria do Deputado Dr. Batista. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 113/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DP 018/09, contendo informação do Diretor Presidente em exercício da SANEPAR, acerca da Indicação Legislativa nº 799, de autoria do Deputado Dr. Batista. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 229/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 0032-GS, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, acerca da Indicação Legislativa nº 825, de autoria do Deputado Dr. Batista. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 212/09-OPD/GP do Sr. Hermas Brandão - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias do Processo nº 584330/07-TC, referente ao Recurso de Revista da Universidade Estadual de Londrina, que transitou em julgado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 142/09-GC/SGPDH/SEDH/PR da Sra. Rossana Valéria Gonçalves - Gerente de Projetos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, informando que foi firmado o Convênio nº 700098/08 - FNCA, entre a União, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, com vistas à execução do Projeto Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - Um Balanço dos 18 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná". **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 184-GAB/SESU/MEC da Sra. Valéria Grilanda Rodrigues Paiva - Ordenadora de Despesas, Substituta, da Secretaria de Educação Superior, comunicando que a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO celebrou Convênio nº 015/08 com a referida Secretaria. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 44/09 do Sr. Paulo Roberto Messias Strack, responsável pela Central de Convênios da EMBRATUR, comunicando celebração de Convênio nº 00038/08, entre a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, como concedente, a Paraná Turismo, como conveniente e o Estado do Paraná, como interveniente, tendo por objeto a execução das ações previstas no Plano Aquarela - Marketing Internacional do Brasil, para o Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 132/09-REDUR/LD da Sra. Claudia Marley Yoshida - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros no valor de R\$ 211.600,00 (duzentos e onze mil, seiscientos reais) sob o nº de Contrato de Repasse OGU nº 0247594-98/07/MAPA/CAIXA - Programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL001220 e 001341/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Universidade Estadual de Maringá junto aos Programas PNATE - Fundamental e Prolicenciatura Fase I, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 007/09

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governo do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Marmeleiro, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Marmeleiro.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Marmeleiro e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 008/09

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governo do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Prudentópolis, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Prudentópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Prudentópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 05 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 03 do mês corrente, devido à reunião com Juiz da Comarca de Colombo.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário, autorização para ausentar-se dos Trabalhos em Plenário nos dias 09 e 10 de fevereiro deste ano, representando a ALEP, em reuniões no Ministério do Planejamento e no MDA - em Brasília - em defesa das negociações para os agricultores paranaenses que tiveram suas lavouras atingidas por uma forte estiagem.

Estas atividades visam renegociações com as instituições financeiras, criação de novas linhas de crédito e de programas para fortalecer esse tão importante segmento para a sociedade paranaense como um todo.

Sendo o que se apresenta para o momento renovarmos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Taques, ocorrido na Cidade de Castro/PR.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sidney Polato, ocorrido no último dia 02 de fevereiro, em Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Sidney Polato nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 02 de fevereiro, que deixa eternas saudades.

Nascido em São Mateus do Sul em 1949 e casado com a Sra. Ivone de Souza Polato, o Sr. Sidney Polato deixou três filhos: Alessandro, Sidnei Filho e Bruna. Em 1953 mudou-se para Engenheiro Beltrão. Formou-se em Ciências pela Universidade Estadual de Maringá, Cidade onde morava quando faleceu.

Foi professor de Ciências no Ginásio Estadual Arthur Ramos e Diretor Geral do Colégio Comercial de Engenheiro Beltrão, hoje Colégio Padre Antonio Vieira, onde também foi professor de matemática. Ingressou na política pela extinta ARENA como candidato a Prefeito em 1976, sendo eleito no mesmo ano como o Prefeito mais jovem do Paraná. Foi Presidente da COMCAM em 1981 e fundador e filiado número 1 do PFL (hoje DEM) no Município. Faleceu precocemente aos 59 anos.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrado para posteridade, voto de congratulações e aplausos à Sra. Senadora Kátia Abreu, bem como ao paranaense Dr. Ágide Meneguette, pela eleição e posse como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu e ao Dr. Ágide Meneguette.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muita e profunda satisfação que redijo este requerimento para saudar efusivamente a nova diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Brasil que saudar uma instituição capaz de encarar o futuro da agricultura e pecuária, com aquela invencível confiança transmitida durante a posse.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que mulheres e homens que dão a vida à aquela confederação poderão testar com absoluto sucesso suas capacidades para resolver os problemas e vencer os desafios colocados em permanente transformação.

É a primeira vez, que uma mulher assume o comando da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que representa mais de 1,5 milhões de Agricultores e Pecuáristas em todo o país, tendo como seu Vice-Presidente, o Dr. Ágide Meneguette, competente Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Paraná (FAEP). O mandato é para o triênio 2008/2011. Entre as metas da nova Diretoria, esta a capacitação do produtor rural. Defendem a profissionalização do setor como uma ferramenta para enfrentar os tempos de crise, climática ou financeira.

Não foi, pois, às artes e as ciências que o homem dedicou os primeiros olhares de sua inteligência e sim à agricultura e a pecuária. Com efeito, quantas não, são nos tempos modernos a insatisfação que lhe são tributárias e quantas não tem por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior? Quantos não são os grandes nomes celebres nas histórias, no terreno das ciências e das artes, que não desdenharam de se entregar aos labores floridos dos campos? É verdade que isso se baseia nos progressos da agricultura e da pecuária, e, que o meio de vida que abraçaram e um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que homem se possa entregar.

Explorar a terra, cultivar os cereais, desenvolver a pecuária, é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades da população; foi, pois, o seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirar o necessário para seu sustento. A agricultura e a pecuária são das mais altas e certamente são aquelas que mais puro prazer devem proporcionar, pois a natureza ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, para que fique registrado para posteridade, na ata da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos ao professor Dr. Zaki Akel Sobrinho, pela sua eleição e posse como o novo Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao professor Dr. Zaki Akel Sobrinho.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez e fará pela Universidade Federal do Paraná, como o Professor Dr. Zaki Akel Sobrinho.

E para que não fôssemos acoimados de ingratos, aqui estamos para lhe postar esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e à grandeza de seus méritos, servira, todavia para testemunhar nossa gratidão.

Homens como o professor Dr. Zaki Akel Sobrinho, são marcos fincados a beira da estrada da vida e que desafiam as interpéries e os preconceitos.

Honrá-los, é pois, um comezinho ato de reconhecimento e imitá-los é um dever.

Orgulha-se, portanto, esta sociedade, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

Bem haja àqueles como professor Dr. Zaki Akel Sobrinho que nunca poupou esforços para proporcionar aos jovens estudantes desta bendita terra, do pão do saber.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que só a Faculdade Federal ministra. E não só os conhecimentos como a educação que ela proporciona.

A nossa Universidade Federal é a mais antiga do País, pois, completou 96 anos de fundação, no último dia 19 de dezembro de 2008. É na Faculdade que o jovem recebe os instrumentos que o habilitará a lutar pela existência. Ali o jovem aprenderá que a Sociedade humana à qual pertence se dirige por normas e regras às quais ele tem que submeter-se para se tornar um membro útil a si mesmo e à Sociedade de que faz parte.

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo pela passagem, no próximo dia 15/02/09, de seus 120 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz de Lima, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Cezar Micharki bem como todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

São 120 anos que serão comemorados, no próximo dia 15/02/09, pela população de São João do Triunfo, com muito orgulho e euforia.

Com inteligência, coragem, garra e determinação, o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e a valorosa equipe irão dar continuidade ao trabalho realizado em prol do desenvolvimento da hospitaleira cidade de São João do Triunfo.

Através desta proposição, parabenizamos todos aqueles que de uma forma ou de outra, colaboram para o constante progresso do Município.

Devemos conciliar nossas aspirações e necessidades com os esforços das gerações anteriores.

À luz deste princípio e com a ajuda de Deus, trabalharão com afinco em prol de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

Temos certeza que o Sr. Prefeito e seus colaboradores, irão priorizar soluções efetivas para resolver todos os problemas que afligem a população em seu cotidiano.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se as manifestações de júbilo da população de São João do Trinfo pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Tapira pela passagem, de seus 42 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Helio Belter, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Delfino Marques assim como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Tapira.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que pretendemos prestar ao Município de Tapira por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol de sua grandeza. Bem sabemos que o desenvolvimento de um Município, Estado ou de um País, não se mede apenas pela quantidade do que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede, também, pela quantidade da atenção que os governantes dão ao seu povo. Pois, o sentimento que deve mover toda a população chama-se solidariedade.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e principalmente as aspirações de uma coletividade, retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e de humanismo, abrindo horizontes a qualquer ser humano.

Portanto, é através de um trabalho sério e incansável que se conseguirá excelentes resultados para o bem de todos.

Cumprimentamos as autoridades constituídas do Município, bem como a população em geral pelo transcurso da significativa data de 02/02/09.

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Afonso Schmidt.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Afonso Schmidt, graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná que assume a Secretaria de Recursos Humanos do município de Curitiba, dedicando seus vastos conhecimentos nas atividades públicas, para o bem comum e o engrandecimento do Município, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas dos moradores e dos funcionários da Prefeitura da Capital do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Deni L. Schwartz Filho.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Deni L. Schwartz Filho, graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná (1986) e mestre em Ciências Biológicas (Entomologia) pela Universidade Federal do Paraná (1990). Tem experiência na área de Ecologia. Atuando principalmente nos seguintes temas:

* Apoidea, Abelhas, Biogeografia de Ilhas, Ecologia de Comunidades e Ecologia de Ilhas.

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Marino Júnior.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Marino Júnior é ator e Diretor, com participação em diversas peças de teatro, e também na TV. Marino já foi premiado no troféu Gralha Azul, que homenageia artistas, técnicos e produtores do teatro paranaense.

Obteve em 3 edições consecutivas (1998, 1999 e 2000) o prêmio duplo de melhor Diretor e melhor espetáculo: Dorotéia, Visões e Reza Uma Prece (respectivamente). Novamente em 2004, Marino foi duplamente premiado como melhor Diretor e melhor espetáculo com o primoroso “Hino poético sobre os pequenos acontecimentos de cada dia”, baseado na obra de Thornton Wilder e em 2005, Marino dirigiu o contundente “Oratório em 11 cantos”, que também ficou com o prêmio de melhor espetáculo, além de melhor ator no voto popular (Marcelo Capone) e melhor atriz no voto oficial (Adriana Sottomaior).

Parabênz pela maneira eficiente, competente, dedicado, cortês, atuando sempre de forma ímpar, levando para o público muitas lembranças, muitas alegrias, algumas lágrimas, muito sucesso.

REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Relindo Schlegel.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Relindo Schlegel, nasceu em 15 de abril de 1953, na Cidade de Rio Negro/PR, filho de Wily Schlegel e da Ercilia Schlegel.

Economista e Contador, com cursos de especialização em Gerência de Recursos Humanos e Administração Pública, atualmente é Diretor do Departamento Administrativo/Financeiro da Câmara de Vereadores de Curitiba.

Parabênz pela eficiente, competente, cortês, atuando sempre de forma ímpar, dedicado e com total desvelo pelos serviços prestados diretamente à Câmara Municipal de Curitiba e indiretamente à população curitibana.

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Copacol, na pessoa de seu Diretor-Presidente Sr. Valter Pitól.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Engenheiro agrônomo e Diretor-Presidente da Copacol, Valter Pitól, chegou à presidência depois de 25 anos de experiência no sistema cooperativista. De lá para cá, a Copacol iniciou um novo ritmo de desenvolvimento, mais dinâmico e empreendedor. Conhecedor de cada atividade da Copacol, do seu potencial, da sua estrutura e acima de tudo, das pessoas e acima de tudo, das pessoas envolvidas direta e indiretamente na cooperativa, Pitól foi empossado Diretor-Presidente em Assembleia Geral Ordinária, no dia 04/03/98, em Cafelândia, com a seguinte frase: “Não tenho administração nova, tenho um jeito novo de administrar”.

Entre as realizações já contabilizadas no período em que está à frente da administração da Copacol, constam:

- o aumento significativo na produção de frangos, quando passou de 120 mil para os atuais 300 mil frangos ao dia;
- os investimentos em reestruturações e modernizações das unidades da Copacol; a implantação do moderno sistema de gestão através do SAP R/3, que facilitou os processos gerenciais e a tomada de decisões na cooperativa;
- a implantação da ISO 9001 e da EFSIS - Sistema Europeu de Serviço e Segurança Alimentar;
- O Projeto DNA Copacol 1/40/5;
- o lançamento do Projeto Kaizen, a diversificação através da suinocultura, com a inauguração da UPL (Unidade de Produção de Leites);
- o MBA em Gestão de Cooperativas e o projeto de Gestão de Cooperativas e o projeto de Gestão por Competência; o fortalecimento da marca Copacol e, principalmente, a valorização do ser humano na família Copacol, além de outros programas de profissionalização para o associado e família, como o PPPR, Grupos de Femininos e de Jovens, que têm acompanhado o desenvolvimento da cooperativa.

REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Thop Boats na pessoa do Sr. Ivo Orlando Petris.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Thop é uma empresa moderna e arrojada no desenvolvimento e concepção de seus projetos e tem uma

estrutura focada em tecnologia e qualidade. Além da fabricação de produtos em séries da Thop promove a realização de sonhos através da execução de projetos de embarcações personalizadas.

Parabenizo pela maneira de surpreender os seus clientes com eficiência, competência, tendo como principal proposta, inovação, design e funcionalidade.

REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Rudimar Fedrigo.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Rudimar Fedrigo, que assume a Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Curitiba, dedicando seu vasto conhecimento na área, como Grão - Mestre em artes marciais e empresário do esporte, com atuação nacional e internacionalmente, para o bem comum e o engrandecimento do município, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas dos moradores da Capital do Paraná, onde tem efetiva contribuição em ações sociais na área dos esportes.

REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao casal Ricardo e Cláudia, seus filhos Lygia, Giovanna e Ricardo.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Ricardo, 45 anos, Cláudia, 43, Lygia, 17, Giovanna, 16, Ricardo, 14, saíram de Paranaguá no dia 12/12/05 e passaram pelos cinco continentes.

Depois de exatos três anos dando a volta ao mundo em um veleiro, cinco paranaenses e mais o seu cão retornaram à terra natal. A família Portela chegou à Ilha do Mel após percorrer 55 países a bordo do Bravo, em uma trajetória que precisou de cinco anos de planejamento e muito espírito de aventura de todos eles.

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Juliana Vellozo Almeida Vosnika.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Juliana Vellozo Almeida Vosnika, que assume a Secretaria de Turismo do Município de Curitiba, dedicando seu vasto conhecimento na área para o bem comum e o engrandecimento do município, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas dos moradores da Capital do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Alceni Ângelo Guerra.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alceni Ângelo Guerra, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná que assume a Secretaria de Planejamento do Município de Curitiba, dedicando seus vastos conhecimentos nas atividades públicas para o bem comum e o engrandecimento do Município, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas dos moradores da Capital do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida, graduado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná que assume o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, dedicando seus vastos conhecimentos como funcionário de carreira do IPPUC para o bem comum e o engrandecimento do Município, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas, planejando a cidade do futuro dos moradores da Capital do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Desembargador Carlos Augusto Hoffmann.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Carlos Augusto Hoffmann, nascido em Jacarezinho no dia 14/07/40.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1964. Em 1966 foi nomeado promotor substituto e exerceu as atividades nas Comarcas de Apucarana, Londrina, Uraí, Primeiro de Maio, Sertãoópolis e Ibioporã. Por merecimento, foi promovido ao cargo de Promotor de 1ª Entrância da Comarca de Rebouças e Piraí do Sul. Em 1968 foi novamente promovido ao cargo de Promotor Público da Comarca de Terra Rica e União da Vitória e em 1977 foi promovido a Comarca de Curitiba ao cargo de Promotor de Justiça. Em 1980 foi promovido por merecimento ao cargo de Procurador de Justiça e de 1973 a 1978 foi assessor do Corregedor do Ministério Público. Em 26/06/90 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, exercendo suas atividades junto à 7ª Câmara Cível. Em 14/03/95 tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Em 02/02/09 é empossado como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dignificando a magistratura pela sua trajetória e pela sua honradez, observador dos princípios constitucionais com imparcialidade e isenção.

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Alani Fonseca de Mello.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Alani Fonseca de Mello, Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná - APAP-PR, que diante da entidade que tem 25 anos de existência, agrupa mais de 800 artistas paranaenses, defende a categoria, divulga suas obras e coordena voluntariado que procura atender aos necessitados, principalmente aos queimados atendidos pelo Hospital Evangélico, reunindo e unindo todos os associados, colaboradores e amigos num só objetivo que é a arte.

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Gabriel Jorge Samaha.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Gabriel Jorge Samaha, Prefeito reeleito do município de Piraquara, que foi diplomado para um novo mandato devido ao reconhecimento da população; elegeu-se novamente Prefeito, com um

forte trabalho social e uma excelente administração, o Gabão como é conhecido, iniciou sua carreira política no movimento estudantil, tendo sido por duas vezes Vereador do Município de Piraquara, comerciante tradicional da região, é formado em História pela Universidade Federal do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Luiz Carlos Assunção.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Luiz Carlos Assunção, Prefeito eleito do Município de Campina Grande do Sul, que foi diplomado para um mandato Executivo, pelo reconhecimento da população e por sua capacidade administrativa; elegeu-se Prefeito pelo voto democrático por ser um homem do povo, que busca realizar as necessidades da população de Campina Grande do Sul, empresário que cumpre seu papel social gerando emprego e renda para a população.

REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a prestação das seguintes informações:

a) Qual é o número de servidores do SIMEPAR? Quantos deles compõe a equipe técnica?

b) Tem havido treinamento e atualização dos técnicos da entidade? Onde? Qual a instituição que promove esse treinamento?

c) Qual o valor dos investimentos feitos nos últimos três anos e a origem dos recursos utilizados?

d) Neste ano de 2009, há previsão de algum investimento? Há rubrica orçamentária com esta previsão? Quais as percentagens deste investimento em pessoal técnico e em equipamento?

e) Há uso de tecnologia de ponta, de última geração, na obtenção dos dados atmosféricos, através de software apropriado, com uso de satélites e telefonia? De onde procede o software atualmente empregado? Qual foi a entidade científica que certificou este software? Quando?

f) O banco de dados do SIMEPAR está disponível para consulta por parte dos interessados? É cobrada alguma taxa? Quanto?

g) Quais são os convênios existentes do SIMEPAR com outras instituições, parcerizando programas de treinamento, de investimento e de fornecimento de informações?

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Tecnológico SIMEPAR sempre foi um organismo muito bem equipado, constituído de técnicos competentes e prestando serviços de muita boa qualidade ao universo de usuários.

Faz muito tempo que não se tem conhecimento de investimento neste instituto, ao mesmo tempo que, tomamos conhecimento de que muitas Cooperativas Agrícolas, Núcleo de Produtores Rurais e outros usuários, têm procurado serviços de organismos particulares, privados, onde, garantem, é mais seguro o nível das informações.

Recentemente, o colunista Celso Nascimento, do Jornal Gazeta do Povo, registrou o assunto, particularmente o depoimento de um Deputado Estadual ligado ao setor de agronegócio. O Diretor Adjunto do SIMEPAR respondeu ao colunista de que o Deputado interessado poderia visitar o SIMEPAR e verificar pessoalmente de que não precedem esses problemas.

Acreditamos que realmente devam existir informações confiáveis, dados sólidos e que possam trazer tranquilidade aos usuários. E isto não vamos obter visitando o instituto. Não é este o caminho das coisas públicas. Temos instrumentos legislativos e deveres legais, tanto nossa Casa quanto as autoridades que comandam o SIMEPAR. Logo, este pedido de informações tem como finalidade esclarecer bem o caso, levantando questões duvidosas e que merecem respostas claras, documentadas, capazes de transparentemente deixar o grande universo de interessados e usuários bem informados.

E aí poderemos divulgar àqueles que hoje migram para o fornecimento de dados particulares, questioná-los por que deixam de acessar um serviço público, que ao longo do passado, foi sempre um exemplo dentro de nosso País. Esta a nossa convicção, se prevalecer à vontade do Instituto SIMEPAR esclarecer as colocações que fizemos no pedido de informações objeto deste documento.

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rogério Walbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de requerer informações sobre a renovação de contrato de concessão firmado com a empresa F. Andreis, para a travessia da baía de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rogério Walbach Tizzot, Secretário de Estado dos

Transportes, no sentido de requerer informações sobre a razão pela qual a FERROESTE, sua vinculada, promove a venda em leilão público de 38 quilômetros de trilhos do seu estoque.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrada para a posteridade, o falecimento do inesquecível médico e professor Dr Moyses Paciornik.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no dia 26/12/08, com 94 anos de idade o médico Dr. Moyses Paciornik. Deixou viúva a Sra. Helena Schargel Paciornik, três filhos, Siomara, Ernani e Cláudio, cinco netos, Ravi, Thomas, Mariana, Ana Clara e Luiz Paulo e dois bisnetos Emanuel e Alice.

É para nós um dia de muita tristeza, este dia em que redigimos este requerimento, para registrar o falecimento do nosso querido amigo Dr. Moyses Paciornik.

Estamos aqui no gabinete da Assembleia Legislativa do Paraná, venerável médico amigo, para lhe rendermos, mais uma vez, a homenagem do nosso respeito e de nosso amor filial.

Dr. Moyses Paciornik, o senhor que dedicou toda sua vida a minorar a dor do próximo, a lutar contra a morte, caíste vencido ante a inexorável parca. Levas, contudo a consciência tranquila, que é o apanágio das que souberam cumprir com o seu dever.

E com dedicação soubeste cumprir, para quem não havia obstáculos nem empecilhos quando se tratava de minorar os sofrimentos de seus semelhantes.

Com que desprendimento e solicitude te entregavas ao Sagrado Sacerdócio. Nunca indagaste das posses de quem lhe batia a porta e jamais negastes amparo ao desamparado. Seguiste à risca o conselho do Sagrado Mestre, semeando o bem muitas vezes sem saber a quem.

Foi-se o amigo das horas de sofrimento, foi-se aquele que com todo o carinho e desvelo os assistia na hora angustiosa da dor.

Descansa, pois, médico amigo, na certeza de que deixaste em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida o muito que fizeste pelos seus semelhantes.

O tempo que tudo embota, não consegue, todavia, apagar a saudade que habita em nosso coração depois que

deixou para viver no céu. E que sua vida exemplar deixou em nosso espírito uma lembrança imorredoura. Passou como o divino Mestre, sobre a terra fazendo somente o bem. O amor que dedicava ao seu Sagrado Mistério criou em termo de sua fronte austera uma aura de prestígio que o tempo não apagará.

Foi o médico dedicado e amoroso que não conhecia descanso nem repouso, enquanto sabia que ali havia ovelhas necessitando de seu amparo quer espiritual, quer material.

Nada lhe detinha no comprimento do dever. Sacrificava o seu bem-estar pelo bem dos outros, e isso com um desinteresse apostólico, elevado ao nível do sacrifício.

Bendita, pois, sua memória, e, ao rememorar-la teremos sempre presente a figura do apóstolo, suas lições e os seus exemplos que tão fundo colarem em nossas almas.

Prometemos que nunca haveremos de o esquecer e que há de ser, para nós, o conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu o Dr. Moyses Paciornik, quando ainda no aceso da luta, levando consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e altivez, o combate da honra e do dever, sempre junto com a família e amigos.

Sendo Sr. Moyses Paciornik, a parca impiedosa e cruel, roubou a vida e ao convívio de seus entes queridos, de seus grandes, entre eles este Deputado. Resta-nos um consolo: e a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso invade a alma, a nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Em comemoração ao aniversário de 155 anos da emancipação política do Paraná, completado no último dia 19/12/08. A Assembleia Legislativa do Paraná, concedeu três personalidades paranaenses, entre eles, recebeu o prêmio Estado do Paraná, o médico Dr. Moyses Paciornik. Recebeu entre outros o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná. Destaque em prática, médica pela Associação Médica do Paraná; pertencia a Academia Paranaense de Letras ocupando a cadeira número 35.

O Dr. Moyses Paciornik, nasceu em Curitiba dia 04/10/14, formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná em 1938. Foram mais de 70 anos dedicados a profissão médica. Fundou a Casa de Saúde Moyses Paciornik. Foi um dos pioneiros na luta contra o câncer ginecológico e ajudou a fundar o Centro Paranaense de Pesquisas Médicas. Foi professor Universitário na Universidade Federal do Paraná, fundou ali, a cadeira de Higiene Pré-Natal em 1952. Era um médico e professor reconhecido internacionalmente.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou os familiares do professor médico Dr. Moyses Paciornik, endereçando a eles mais uma vez, voto de profundo pesar, rogando à Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se digne o Exmo. Sr. Presidente desta Assembleia em autorizar que um representante do Coritiba Futebol Clube se utilize do Grande Expediente da Sessão Plenária que se realizará em 05/03/09 - quinta-feira, para a comemoração do ano do centenário do Coritiba Futebol Clube.

O Coritiba foi fundado no dia 12/10/1909, por jovens imigrantes alemães e a história do clube é marcada por momentos vitoriosos e a presença constante de uma enorme torcida que ama a instituição. Motivo de orgulho para nós paranaenses o clube chega ao seu centenário com vigor e determinação dignas de homenagens. Muitos clubes no Brasil podem chegar aos 100 anos, porém poucos com tantos torcedores tão fiéis e apaixonados.

A identidade da equipe, por vezes se confunde com o próprio Município, pois não apenas na grafia se homenageia a cidade, mas também nas suas cores que são da bandeira do Estado do Paraná. Seu estádio, localizado no Alto da Glória, região central da Cidade é o principal palco esportivo da cidade e um dos principais do Brasil.

Pela representatividade junto à Capital e interior, pelo grande número de adeptos e fãs tanto do Coritiba Futebol Clube como do futebol de maneira geral, julgamos de grande importância para a comunidade paranaense que se comemore de forma bastante distinta essa tão marcante data.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 012/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Loja Simbólica Monte Moriah nº 80, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Loja Simbólica Monte Moriah nº 80 foi fundada em 20/05/89, de caráter filosófico e sem fins lucrativos.

A instituição exerce atividades beneficentes de acordo com as contribuições arrecadadas entre os respectivos membros.

PROJETO DE LEI Nº 013/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O DETRAN-PR, na divulgação dos resultados da prova teórica-técnica para a 1ª habilitação e prova de renovação de habilitação, indicará as questões respondidas incorretamente.

Art. 2º Esses dados serão fornecidos exclusivamente para as pessoas titulares das inscrições nas referidas provas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O DETRAN/PR, quando fornece os resultados dessas provas, informa, apenas, quantas questões foram respondidas erradamente. O empresário J. B. Faria, proprietário da Rádio Paiquerê-Am, de Londrina, uma das maiores emissoras do País, questionou, recentemente, o fato do DETRAN paranaense não revelar quais as perguntas que eventualmente tenham sido respondidas incorretamente pelos cidadãos que necessitam de tirar ou renovar sua Carteira de Habilitação. O respeitado empresário-comunicador tem razão no questionamento, pois a pessoa, mesmo aprovada, provavelmente vai continuar dirigindo cometendo erro ao volante, pois não foi informada sobre a interpretação errônea de determinadas normas do trânsito. Com a informação determinada por este projeto, nossos motoristas poderão corrigir os equívocos e, queira Deus, com isso contribuir para a redução dos acidentes.

PROJETO DE LEI Nº 014/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14190 de 20/11/03, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e Região - ACINE”, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como finalidade específica alterar a denominação da entidade mantenedora, bem como o foro da mesma que foi redigida equivocadamente e posteriormente sancionada.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 015/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Empresas comerciais, industriais, laboratórios, estúdios e pessoas físicas que forem autuadas desenvolvendo trabalhos gráficos, fotográficos ou de imagens e que sirvam para propagar ou incentivar pedofilia, serão multadas em 200 salários-mínimos regionais em vigor no Estado do Paraná.

Art. 2º Essa penalidade será aplicada pelo Governo Estadual, independente das sanções penais já previstas em lei.

Art. 3º Caso não disponha de dinheiro em moeda corrente, havendo bens, em nome da empresa ou da pessoa física, eles serão levados a leilão, para pagamento da multa aplicada conforme o artigo 1º deste projeto.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Segurança Pública do Paraná observar as normas fixadas nesta lei, inclusive lacrando, em definitivo, as empresas infratoras.

Art. 5º As pessoas autuadas e condenadas pelo crime mencionado no artigo 1º deste projeto ficam proibidas de abrirem nova empresa em território paranaense.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A imprensa relata, com frequência, flagrantes que comprovam a prática criminosa da pedofilia contra crianças e adolescentes. Pelo que se vê na mídia, os abusos ocorrem em todas as regiões do mundo, em países pequenos, médios e de grande porte. Os autores do delito são pessoas oriundas das mais variadas classes sociais: alguns pedófilos são portadores de alto nível intelectual, enquanto outros possuem baixa escolaridade. A pedofilia tem sido praticada por estranhos, conhecidos e até mesmo por parentes das vítimas. É provável que o

advento da internet esteja facilitando a prorrogação do crime, pois alguns sites já foram denunciados à polícia, por divulgarem fotografias ou vídeos com imagens da prática de pedofilia.

Punir com multa elevada, comerciantes ou pessoas físicas que sejam flagradas confeccionando ou projetando materiais que possam incentivar a pedofilia, é a contribuição que este poder pode e deve prestar às famílias paranaenses, visando punir os criminosos. Como esta Assembleia não tem poder para responsabilizar criminalmente os pedófilos, acreditamos que a aplicação da multa pesada, como prevê nosso projeto, é uma medida que deverá reduzir os elevados índices de pedofilia registrados atualmente em nosso Estado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Fazenda Rio Grande vem sendo contemplada com autoridades. Na última semana o Ministro do Planejamento lá esteve, e também o Governador Roberto Requião. Nessa crise que se apresenta o ex-Prefeito conseguiu arrumar um emprego no Governo Roberto Requião. Um desemprego a menos para nos preocupar na Fazenda Rio Grande.

Gostaríamos que todos os 399 Prefeitos do Paraná, desempregados, que o Governador também contemplasse com um emprego, porque a disputa vai ser muito grande nos Estados Unidos e no mundo por um emprego.

Deputado Dobrandino, V. Exa. está numa cidade, Foz do Iguaçu, que o povo, principalmente as autoridades, gostas de ir. Mas a Cidade da Fazenda Rio Grande clama pelo direito de que as autoridades constituídas, que recebem o erário público, pago pelos cofres públicos do Estado, sejam obrigadas a morar na Cidade.

Vejamos: delegado de Polícia, mora em Curitiba; promotores, Curitiba; Juiz, Curitiba, apenas um agora, que até vai receber o título de Cidadão Honorário, pois vai ser a primeira autoridade a morar na Cidade. Cartórios que ganham 200, 300 mil por mês, sequer querem morar na Fazenda Rio Grande. Escrivão de Polícia não mora. Soldados, funcionários de cartórios não moram. Acho que nem os Padres e Pastores moram na Fazenda Rio Grande. Porque ali não é Foz do Iguaçu, Deputado Dobrandino, porque ali hoje é uma Cidade sem lei.

Aí o povo da Fazenda me fala: “Deputado, estou vendo que o Governador Roberto Requião vai dar quatro ônibus para cada Município. Mas aqui já tem Vereador, Deputado, Prefeito, dizendo que arrumou os quatro ônibus. Mas aí tem alguém que chega de Brasília e diz que

o dinheiro é de Brasília, é do Ministério da Educação. Deputado, a quem nós, povo, temos que beijar a bota por arrumar os quatro ônibus que vão chegar à Fazenda Rio Grande?”

Esta é a pergunta que fazem. Aí eu falo: olha, beijar a bota é no tempo de Imperador, é no tempo de César.” Até mesmo no Japão o Imperador, há muitos anos, tinham que beijar a mão ou engraxar a bota dele.

Na Europa, na Polônia, enfim, existia aquele tempo de beijar, da bajulação, mas hoje eu tenho que falar a verdade para o povo, tenho que ser transparente. Os ônibus são comprados com dinheiro de quem paga imposto, Dobrandino, porque o mais rico e espertalhão vai a Foz do Iguaçu, compra uísque e champanhe e não paga imposto. Agora, o nosso pobre trabalhador toma uma cachaça no bar, compra uma garrafa de pinga e não tem como sonegar imposto. O trabalhador não tem como sonegar imposto. Então, na verdade, quem está pagando é o povo.

Sr. Presidente, o senhor acha justo que cartório, promotor, delegado de Polícia...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usa o horário do seu partido?

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Eu não vou usar, porque não está presente o líder. Não sei se o Deputado recém-chegado nesta Casa, com esse brilhantismo que é possuidor, ex-Prefeito de Umuarama, não sei se vai usar o horário. Não vai usar? Então, assim sendo, continuo, Sr. Presidente. O Deputado Zucchi não está presente, segundo informações se encontra em Audiências. O Deputado Luiz Carlos Martins ainda não chegou. Assim que ele chegar, eu paro de falar.

Sr. Presidente, o que nos resta? Ontem eu abordava e senti que V. Exa. prestava atenção, é o critério. Cornélio Procópio tem 45 mil habitantes. Vamos analisar. O povo que está nos ouvindo em casa, pela televisão, agradeço aqueles que me mandaram e-mail pelo que falei ontem e, também, agradeço aqueles que me xingaram por coisas que fazemos errado aqui.

Agradecemos sempre que se comunicam conosco, mas ontem eu falava uma questão de critérios. Cornélio Procópio tem precisamente 45 mil habitantes, a Fazenda Rio Grande tem 80 mil habitantes. A Fazenda Rio Grande tem um delegado de Polícia que não para lá. O que nós queremos, Sr. Presidente? É critério, é transparência, é que o dinheiro do povo seja respeitado.

Se Cornélio Procópio tem três delegados, com 45 mil habitantes, por que a Fazenda Rio Grande não tem sequer um delegado? Ele não mora na Cidade e, ainda, tem que cuidar do Município de Mandirituba, com 35 mil habitantes, e Agudos do Sul, com 15 mil habitantes.

Onde é que está o critério do Secretário da Segurança, Deputado Praczyk? Onde é que está o critério do Governo do Estado? Onde é que está o critério que, hoje, ouvi na CBN o nosso companheiro Deputado, que é um Deputado vai-e-vem, ele uma hora está aqui e outra hora é candidato a Prefeito de Maringá, outra hora vem para cá, outra hora é Secretário do Planejamento, mas é nosso colega. Eu ouvi atentamente o que ele falava. Falava muito bem que estão planejando o Paraná.

Deputado Nelson Justus, na minha opinião, quem mais planejou o Paraná foi Parigot de Souza. Esse sim planejou o Paraná. Quem mais executou o Paraná chama-se Jaime Canet Júnior. Essa que é a verdade. Aí o Governador vem aqui, falou em 22 mil casas. V. Exa., Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, contestou. Para que contestar? Vinte e dois ou 32 ou 52 mil, qual é a diferença que faz se sabemos que o trabalhador continua sem ter onde morar? Que tem muitos que continuam desesperados sem ter sua acomodação e da sua família, mas são 22 mil casas, que sejam 100 mil casas. Aí vem o Governador Álvaro Dias, fala que construiu mais tantas mil, o Governador José Richa, que na verdade construiu, com todo o respeito à memória do Governador José Richa, grande Governador, construiu. Jaime Lerner construiu sei lá quantas milhares de casas. Mas, que coisa! Aí todo o ano se inicia uma legislatura. Aqui vem um Governador falando em 22, 32, 50 mil casas e fica por isso mesmo. Não é esse o nosso problema, porque não vamos combater números por uma questão de ética.

O Governador falou, ele é inteligente, competente, e merece todo o respeito desta Casa. Nenhum de nós, Deputados, poderia apartear-lo naquele momento. Mas, ele poderia mandar aqui o seu Secretário da Habilitação, o nosso ex-companheiro da ARENA e nosso ex-companheiro de Jaime Lerner, que é o Rafael Greca de Macedo, ele poderia vir aqui e mostrar os Municípios que tem as 22 mil casas construídas neste ano que passou, para que possamos ter o prazer de bater palmas. Porque o Governador aqui falou e nós nos silenciámos. Mas, em nome do povo do Paraná, estamos aqui para questionar e exigir ética, exigir critérios.

Sabe, Deputado Nelson Justus, eu sou do tempo ainda que inspetor de quartelão existia, que o inspetor de ensino era nomeado pelo Governador, que existia o Juiz e Paz, nomeado pelo Deputado.

Olha, o meu avô era Prefeito da Cidade de São Sebastião de Amoreira, Deputado Miltinho Pupio, o senhor conhece muito bem, e o nosso Deputado era o Deputado João Ribeiro Júnior. O meu avô, Prefeito, tinha um Vereador que era o Lalau, muito chato, desconfiado, e o meu avô levou o Deputado à casa dele para conseguir o seu apoio. Daí, o Vereador não se abria. Lá pelas tantas, o Deputado João Ribeiro Júnior, grande político que o Paraná teve, falou: “Mas, afinal, o que o senhor quer, Sr. Lalau?” Ele falou: “Olha, estou vendo aí, o Libertino vai à Curitiba, volta. Aí, em uma casa todo mundo dá dinheiro para ele, era uma coletoria.

Aí, vai o Jorge, volta com uma farda e com umas divisas, e o chamam de Sargento”. Naquele tempo do Lupion era assim, Deputada Cida Borghetti, não se assustou que era assim mesmo. “Aí vem o outro, uma professora que não tem nem o primário e vem a nomeação dela de Curitiba. E para mim, nada”, dizia o Vereador para o João Ribeiro Júnior e para o meu avô, Prefeito.

“Mas, diga o que o senhor quer, Vereador?” “Eu quero que o meu filho seja promotor em Assaí”. “Mas, ele é advogado?” “Não. Não é advogado”. “Mas, ele estudou?” “Não. Não estudou, mas eu sei que promotor ganha muito e que é autoridade em Assaí, que era Comarca em Amoreira”.

Então, está aí, os tempos mudaram. E hoje, no Município, apenas o Deputado tem poder hoje.

Deputado Luiz Carlos Martins, estou usando o seu horário, porque o povo do Paraná está com saudades da sua voz e nós do PDT estamos com saudades de ouvi-lo. Mas o povo hoje, nós, Deputado, hoje apenas temos atribuição de nomear a documentadora. O Governo descobriu que em Ribeirão do Pinhal, onde o Prefeito foi eleito, do PDT, nosso companheiro, descobriram que a minha cunhada era documentadora, já exonerada. Acho justo, porque ou você beija a mão do homem, engraxa o sapato ou a bota dele e recebe as benesses, ou...

E assim está a situação, ao ponto de uma professora com 68 anos de idade, com mais de 40 dedicados ao ensino, faltando seis meses para se aposentar, é exonerada, porque ela é cunhada do Deputado Geraldo Cartário, que está aqui há muitos anos. Fiz 62 mil votos e nunca deixei de ser o mais votado na cidade, onde o povo me conhece.

Por isso, Sr. Presidente, para evitar casos como esse, talvez no futuro, quando o Osmar Dias for Governador, me passe, baixe o espírito de vingança na minha pessoa e eu possa também perseguir uma coitada de uma professora, que estou apresentando o projeto de lei nesta Casa, para que a documentadora seja eleita pelas professoras, para evitar esta politicagem. Aí poderemos fazer como Pilatos: lavamos as mãos e não temos mais atribuições de perseguir quem quer que seja, porque as pessoas têm que ser respeitadas.

Termino o meu pronunciamento falando desse projeto e do projeto obrigando a todos aqueles que recebem dinheiro público, pago com o suor de quem mora na cidade, vim aqui, hoje, Sr. Presidente, para pedir respeito ao povo da Fazenda Rio Grande, que não tem delegado de Polícia e por isso está um terror a Cidade, por falta de segurança. A Banca B, do Deputado Luiz Carlos Martins, e outros veículos de comunicação têm mostrado isso.

O Elio Rusch falava ontem em falta de delegado em Cidades de 5 mil habitantes. São quase 120 mil pessoas sem delegado. O povo quer respeito, dignidade, segurança e emprego. No emprego, o Requião resolveu: empregou o ex-Prefeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Reiniciando os nossos trabalhos neste ano de 2009, confesso que venho à tribuna bastante animada com o resultado da pesquisa da CNT Censo, que coloca o Presidente Lula com 84% de aprovação. Isso significa que cada dia mais o Presidente Lula vem fazendo uma administração, realmente, que agrada e vem correspondendo à expectativa que o povo brasileiro depositou na sua pessoa, não só quando o elegeu, mas também na sua reeleição.

Eu fazia uma comparação, há alguns dias atrás, com os índices que também atingiam o Governo Fernando Henrique. Se olharmos - isto está na imprensa no dia de hoje - quando o Governo FHC assumiu o seu sétimo ano de Governo, a sua aprovação de boa e de ótima era de 25%, enquanto que a avaliação ruim ou péssima era de 30,6%. Enquanto isso, Deputada Rosane, o Governo Lula, o seu Governo, tem uma aprovação de 72,5% e de apenas 5% ruim ou péssimo.

Fico feliz, porque por muitas e muitas vezes esta Deputada e muitos Parlamentares utilizaram esta tribuna aqui, defendiam o Presidente Lula. É com orgulho que continuamos defendendo o Presidente Lula, porque se realmente o Brasil está no caminho certo, e isso reflete nas pesquisas que estão sendo feitas, o povo responde às pesquisas, é porque o Brasil está andando bem, mesmo com a crise que aí está e preocupa. O Governo Lula, desde o início, conseguiu administrar muito bem a nossa casa. Conseguiu dar segurança para o povo brasileiro que, mesmo neste momento de crise, acredita no Presidente e acredita que o Brasil vai continuar crescendo e assim trazendo também igualdade social, que é o sonho que temos, da maioria do povo brasileiro.

Mas, uma preocupação me traz também nesta tribuna, Deputada Rosane, Deputado Pastor Edson, V. Exas. que fazem parte também da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar. Quando no final do ano passado tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto nº 2877/08, que assegura que 30% da merenda escolar deve vir da agricultura familiar, no mínimo 30%, é um projeto importante que foi levado à Câmara dos Deputados e aprovado. Foi levado também, ao Senado, e ao chegar foi segurado por várias emendas apresentadas e emendas que vêm principalmente do interesse da Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas. Isso preocupa, porque começa a comprometer um pouco o que já tínhamos como seguro que os 30% da merenda escolar os nossos agricultores poderiam fornecer. Seria também uma garantia, não só da produção, como da comercialização dos nossos agricultores familiares.

Então, preocupa quando falamos isso, até mesmo porque temos Senadores aqui do Paraná que apresentaram emendas questionando se realmente a agricultura familiar teria condições de apresentar esses 30% da merenda escolar.

Hoje, Deputado Dobrandino, a agricultura familiar é responsável, principalmente no Sul do Brasil, de cerca de 80% dos produtos colocados na mesa dos brasileiros. Temos certeza que esse projeto, sendo aprovado, a agricultura familiar conseguirá atender os 30% da merenda escolar.

Ficamos aqui com a preocupação, deixo também para os demais Parlamentares, e esperamos que os Senadores se conscientizem de que esse projeto aprovado irá fortalecer ainda mais a agricultura familiar do nosso País e do nosso Estado do Paraná.

Agradeço o espaço, a oportunidade e a atenção de todos os Srs. Deputados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Não estando presente, passamos ao próximo orador, Deputado Antonio Belinati.

Próximo, Deputado Dobrandino da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, e o comentário que faço, e acho que não é novidade para a maioria dos Srs. Deputados o que ocorreu na minha Cidade de Foz do Iguaçu nos últimos dias, incidentes gravíssimos na área da Saúde. Eu imagino que os Srs. Deputados acompanharam através da Rede Globo, saiu no Jornal Nacional por duas ou três vezes, uma criança que foi atingida, imagino que por bala perdida, que atingiu o cérebro do menino. Levado ao Posto de Saúde da Prefeitura o médico deu um analgésico qualquer por duas ou três vezes. A criança foi piorando, a família pediu uma tomografia e acabaram descobrindo que tinha uma bala alojada na sua cabeça.

Isto foi notícia no Brasil inteiro e diz a Secretaria da Saúde do Município que vai fazer uma sindicância. Mas para V. Exa. terem uma noção do que ocorre em Foz do Iguaçu, e aí vão ver que esta, Deputado Jocelito, não é a mais grave. Veja o que ocorreu após esse incidente, que o Deputado Chico Noroeste que é lá de Foz deve ter acompanhado isso de perto, como nós, veja o que ocorreu, pasmem senhores, nos últimos dias, agora, semana passada, o incidente na área da Saúde em Foz do Iguaçu. Vejam, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma família levou o seu filho ao posto de saúde da Prefeitura, a criança estava com problema e olha o que ocorreu: o

médico simplesmente receitou o remédio e mandou que o pai da criança fosse pegar na farmácia - vejam a gravidade disso - e a família se dirigiu à farmácia, falou com o farmacêutico, pediu o remédio e o farmacêutico disse: "Isso não é remédio, isso é veneno". O pai da criança achou até que era gozação. Foi em outra farmácia e realmente o farmacêutico constatou novamente e disse: "Isso não é remédio, isso é veneno."

Veja, Deputado Tadeu, em que pé estão as coisas lá em Foz do Iguaçu!

E daí voltaram ao posto de saúde, foram reclamar com o médico e olhem o que o médico falou: que não sabia onde estava com a cabeça quando, num erro gravíssimo, receitou veneno no lugar de remédio.

Então, se a pessoa não fala, não pede remédio, entrega a receita, iam entregar veneno e iriam dar para a criança, porque letra de médico é difícil para ler. Vejam o abandono, o descaso que está na Cidade de Foz do Iguaçu com relação à saúde da população. E os médicos reclamam, porque dizem que não recebem, a Prefeitura não paga, ninguém quer atender e vejam onde vai chegar.

Queria que o Deputado Chico Noroeste confirmasse isso, porque saiu em todos os jornais em Foz do Iguaçu, apenas não saiu nos jornais que são calçados pela Prefeitura, apenas um jornal de Oposição que divulgou isso.

Então, vejam a situação, o risco que estão expondo a população numa cidade tão importante como Foz do Iguaçu, e a saúde sendo tratada com um descaso desta maneira.

Nos postos de saúde as filas são quilométricas, não tem remédios, os médicos não atendem, é um total abandono. Era preciso que o Ministério da Saúde fizesse uma intervenção no Município de Foz do Iguaçu, urgente, porque não sabemos onde vai parar esse descaso e essa preocupação da população, o que ocorreu principalmente nas últimas semanas na cidade de Foz do Iguaçu.

Então, esse incidente da bala alojada na cabeça, até tudo bem, o médico poderia ter imaginado que era uma pedrada, mas esse de receitar veneno para a criança, claro que não dá para admitir, e precisa ser tomada uma providência urgente! Vou conversar com o Secretário da Saúde, vou levar este fato a ele, vou pedir uma intervenção da Secretaria da Saúde ou do Ministério da Saúde, porque não é possível conviver com um descaso tamanho como o que está ocorrendo em Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas um comunicado que talvez interesse a todos os cidadãos do Estado do Paraná: foi suspensa a greve dos vigilantes, agora há pouco, até que se julgue o dissídio que foi instaurado junto ao Tribunal do Trabalho. Estou falando isso porque muitas pessoas que nos ouvem, ou que nos veem pela TV Assembleia, ficam sabendo que a greve está suspensa e os bancos, a partir de amanhã, abrirão normalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Procede a questão de ordem de V. Exa.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado Tadeu Veneri, a notícia que V. Exa. dá é boa e ao mesmo tempo ruim. O pessoal que estava com cheque voador estava comemorando que o banco está fechado, agora tem que correr para cobrir os voadores.

Nobre Presidente Cida Borghetti, membros da nossa Mesa Executiva, Sras. e Srs. Deputados, comitê de imprensa, visitantes e aqueles que nos dão a honra de acompanhar as transmissões da Assembleia através da TV MERCOSUL e também da TV SINAL.

Deputada Cida Borghetti, quero reafirmar a posição que estabelecemos ontem aqui, em que uma boa parte do pessoal da imprensa já tinha ido para a redação dos jornais para elaborar o trabalho sobre a Sessão de ontem da Assembleia Legislativa. Na semana passada eu tinha elaborado um projeto de lei, estava pronto, proibindo empresários que recebem incentivo fiscal do Governo do Paraná, pelo prazo mínimo de um ano, de promover demissão de servidores, de trabalhadores. Houve uma tentativa de entregar nosso projeto à Mesa na segunda-feira, mas como era uma Sessão Solene ele foi recusado, pediram que fizesse a entrega na terça-feira. Coincidentemente o Governador Requião também anunciou uma manifestação do Governo semelhante: de tomar medida de demissão de trabalhadores. Eu invoco o testemunho da Mesa Executiva que o nosso projeto foi entregue à Mesa e devolvido na segunda-feira. Como era Sessão Solene pediram que a entrega fosse adiada para terça-feira, ontem.

Então nobre Presidente Cida Borghetti, é um relato que eu faço em respeito ao povo do Paraná, porque evidentemente que o nosso trabalho aqui, como Parlamentar, não depende de ficar acompanhando a "escolinha" do Governador Requião. Confesso até que no meu gabinete não tem aparelho de TV, não tive ainda a oportunidade de assistir nenhuma transmissão a respeito da "escolinha". Seria o cúmulo da ignorância, com 40 anos de vida pública, eu ter que pautar aqui a minha atuação ouvindo o rádio, ou vendo na TV, o que é que o Governador está falando na "escolinha" para trazer à esta Casa de Leis.

Nosso projeto estava, portanto, elaborado desde a semana passada. Tomara que ele seja acolhido pelos nobres Pares para que possamos garantir o emprego, principalmente junto aos empresários que têm engordado seus patrimônios com dinheiro público, portanto dinheiro do povo do Paraná.

Ao bom empresário o nosso respeito e a nossa homenagem, mas também a nossa crítica àquele mau empresário, que aproveita da primeira crise para engordar ainda mais o seu patrimônio! Tem empresário que fica ainda mais rico na hora da crise, mamando na teta do Governo e degolando seus funcionários.

Por isso que tomamos a iniciativa de apresentar esse projeto para apreciação desta Casa: proibir empresário que recebe dinheiro do Governo do Paraná, pelo menos durante um ano, se aprovado nosso projeto, ele vai ter que garantir os mesmo postos de trabalho que a empresa tinha no dia 1º de janeiro deste ano. Isso no mínimo, para quem quiser ampliar os postos de trabalho, é ótimo que aconteça.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Nobre Deputada Cida Borghetti, estamos encaminhando hoje a V. Exa. um projeto que creio que reflete também uma vontade, principalmente das pessoas religiosas, das pessoas que têm filhos pequenos, têm adolescentes, às vezes a pessoa não tem mais filhos pequenos, mas tem netos. É sobre a tal da pedofilia, que hoje se alastra com uma velocidade incrível na internet, às vezes em material gráfico, fotografias, cartazes, às vezes uma revista. Como fazer para combater a pedofilia? Infelizmente, de vez em quando vemos estarecidos que aparecem Padre pedófilo.

Uso o horário da liderança do meu partido. Às vezes aparece Padre pedófilo, aparece Pastor pedófilo, professor pedófilo, pai pedófilo, um irmão, um tio, a pedofilia praticada dentro da própria família. Não podemos estabelecer que para ser pedófilo é de determinado segmento, determinada camada da sociedade ou da população, não tem nada a ver. Aquele que é doente para a prática da pedofilia, pode estar no meio do magnata, do rico, do remediado e do pobre também. A pedofilia está sendo praticada em todos os segmentos, em todos os escalões.

É como no tempo da droga, quando iniciei a minha carreira como repórter de rádio, jornal e TV em Londrina, lembro-me que quando aparecia um maconheiro em Londrina, ele ficava famoso na Cidade inteira. A Cidade inteira conhecia o carimbo do cidadão. E até pela idade que eu estou, tenho acompanhado que teve um tempo que droga era coisa de rico. Teve um tempo que droga era coisa só de Cidade muito grande. Hoje a droga está na Cidade grande, na Cidade média e na Cidade pequena. A droga está sendo consumida pelos ricos, pelos remediados, tem cara que deixa de comer o feijão com arroz para pegar o dinheiro para comprar droga. A droga está lá, como vimos o meio irmão do Barack Obama também sendo preso pelo uso de drogas. Está em todo canto.

Sempre comento isso, que tem gente que diz: “Puxa, nos Estados Unidos é tudo certinho. O País é uma maravilha! O americano é criterioso, não tem nada de errado”. O maior consumidor de drogas que tem no mundo é os Estados Unidos. Por onde entra essa droga? Pelo aeroporto, pelos portos. E ficamos imaginando, o traficante americano também está tendo a negligência, a complacência de parte do segmento policial que teria que combater os grandes traficantes de drogas.

Então, se nos Estados Unidos, com leis tão rigorosas como a prisão perpétua, em determinados Estados tem pena de morte, e de repente vemos gente famosa, também no mundo artístico, vemos de vez em quando artistas famosos do cinema, cantores, cantoras, gente de bandas famosas morrendo feito farrapos humanos, porque desgraçadamente se tornaram escravos da droga.

Mas não é o problema da droga hoje que vamos abordar. É o problema da pedofilia que tem assustado pela rapidez com que esse problema está se propagando. Diria que, a exemplo da droga, a pedofilia não está mais só na Cidade grande, está na Cidade média e pequena. Pode estar no nosso bairro, pode estar em todo canto. E o que nós estamos pretendendo? Numa contribuição desta Casa: na parte penal o Deputado Estadual não pode fazer absolutamente nada sobre a pedofilia. Isso é matéria para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal em Brasília. É matéria da competência do Congresso Nacional, mas já tem as sanções penais previstas para o crime de pedofilia.

Então, na parte penal esta Casa não pode fazer absolutamente nada, mas tem outro lado que é uma punição a quem incentiva, a quem propaga a pedofilia, que nós podemos mexer, sim, como Deputados Estaduais.

Se o nosso projeto for aprovado, o que é que ele diz: *Determina punição às empresas e aos profissionais que executarem serviços e materiais que induzam ou incentivam a pedofilia.*

Artigo 1º do nosso projeto: *Empresas comerciais, industriais, laboratórios, estúdios e pessoas físicas que forem autuados desenvolvendo trabalhos gráficos, fotográficos ou de imagens que sirvam para propagar ou incentivar a pedofilia serão multados em 200 salários mínimos regionais, em vigor no Estado do Paraná.*

Então, se pegar um laboratório, um estúdio fotográfico, uma empresa jornalística elaborando qualquer tipo de material que possa ser interpretado como material de divulgação, de incentivo à pedofilia, aplica-se uma multa equivalente - em número redondo - a R\$ 100 mil, a todo infrator que for autuado pelas autoridades policiais.

Art. 2º *Essa penalidade será aplicada pelo Governo Estadual, independente das sanções penais já previstas em lei.*

Volto a repetir, esta Casa não tem nenhum poder de dizer: “Pega o pedófilo e põe lá em prisão perpétua”, porque não temos essa autonomia. Mas multar a empresa que estiver confeccionando o trabalho de incentivo de propagação à pedofilia, nós temos esse poder, sim!

Artigo 3º, aí que vem a parte importante, Deputada Cida Borghetti, a senhora que é mãe da Maria Vitória, é uma grande mãe e que se preocupa também, não com a sua filha que é muito bem educada, mas se preocupa com aquelas crianças e adolescentes, hoje vítimas da pedofilia. O nosso projeto diz o seguinte, Deputada Cida Borghetti: Art. 3º *Caso não disponha de dinheiro em moeda corrente, havendo bens em nome da empresa ou da pessoa física, eles serão levados a leilão para pagamento da multa aplicada conforme artigo 1º, desse nosso projeto.*

Então vamos especificar bem para o telespectador e para o pessoal da imprensa. O cidadão foi pego executando um trabalho de incentivo à pedofilia. A multa equivale a um número redondo de R\$ 100 mil. Não tem dinheiro mas tem patrimônio. Bota o patrimônio em lei-lão até cobrir a dívida! Não é apenas a punição em dinheiro para esses pedófilos, não!

O artigo 4º estabelece que caberá à Secretaria da Segurança Pública do Paraná observar as normas fixadas nesta lei. Inclusive lacrando em definitivo as empresas infratoras.

Porque é importante, autuar uma empresa. Estava fazendo trabalho de pedofilia? Tem que fechar a empresa para nunca mais abrir! Não é fechar por um dia, por uma semana, não. Fechar em definitivo! Aí vem a parte mais importante do nosso projeto: as pessoas autuadas e condenadas pelo crime mencionado no artigo 1º desse projeto ficam proibidas de abrirem nova empresa em todo o território paranaense. Porque não adianta, fecha a empresa do pedófilo, ele vai abrir outra com outro nome, às vezes no mesmo prédio.

O que terá de entrar no nosso projeto de lei? O nosso Presidente pensou nisso também. Foi autuado, foi detectado, foi condenado por pedofilia? Além de pagar multa equivalente a R\$ 100 mil, também proibir esse criminoso de abrir uma nova empresa, pelo menos no nosso território paranaense.

Tem telespectador que pode estar perguntando: “Mas por que não proibir de abrir uma nova empresa no Brasil inteiro?” Porque esta Assembleia não tem poder para fazer uma lei para vigorar em São Paulo, Santa Catarina ou outro Estado. A nossa Constituição diz que podemos fazer leis que abranjam o nosso território, o território paranaense.

É um projeto bastante importante, os pedófilos vão ficar de cara feia, vão nos olhar atravessado, mas é uma maneira de coibir esses crimes que hoje todo dia abrimos o jornal e é notícia de crimes, como agora em Caiobá esse crime bárbaro desse cidadão que teve a coragem de matar o namorado e atirar na moça, voltar horas depois para violentá-la e perguntar se ela queria viver ou morrer. E ela respondeu que preferiria morrer. Ele respondeu: “Você vai ficar jogada aí para sofrer mais um pouco”. O que fazer com um criminoso desses? Tem que castrar! Acho que é o único caminho com esse tipo de maníaco que está infernizando, praticando crimes bárbaros que chocam as famílias de bem do Paraná e do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes.

Primeiramente desejar que tenhamos neste ano de 2009 um debate importante, necessário para que possamos aperfeiçoar as estruturas democráticas do nosso

Estado e que possamos fazer o nosso papel enquanto Deputados Estaduais, fiscalizando e colaborando com o Governo, muitas vezes corrigindo alguma coisa que pode não estar sendo conduzida a contento.

Quero falar desta tribuna que ontem fizemos um encaminhamento, e é uma pena que o Deputado Romaneli não esteja presente, eu pedi que ele solicitasse o adiamento da discussão desse requerimento que vamos ter a oportunidade, na sequência, de fazer o encaminhamento.

Creio que a Assembleia não pode se omitir, não pode silenciar em debater em profundidade temas importantes que aprovamos no final do ano passado, a questão do IPVA. Esse debate que ocorreu recentemente, através da Gazeta do Povo, questionando a aplicação de alíquotas de 2,5% em caminhonetes, veículos utilitários, evidentemente despertou e o Governo do Estado, de forma imediata, esclareceu a sua base de entendimento, e através do seu entendimento expôs e corrigiu parte do equívoco que havia sido colocado, atribuindo o IPVA de 2,5% alguns veículos que vinham sendo taxados anualmente à taxa de 1%.

É evidente que parte do erro, no meu entendimento, foi corrigido, mas não todo. Não em todo porque estamos aguardando até as 16h de hoje até a discussão do requerimento, uma informação mais embasada dentro da legalidade de como e porque o Estado mudou a forma de tributar o mesmo veículo, que no ano passado foi tributado em 1% e neste ano passou a ser tributado em 2,5%.

Não me recordo de termos aprovado uma lei que aprovou a aplicação da base de valores do ano passado, qualquer informação, qualquer mudança de alíquota. Portanto, era de se esperar para todos nós, e da mesma forma para a sociedade, para o contribuinte, que ele fosse pagar uma alíquota equivalente a que pagou no ano de 2008, conforme aprovação da Assembleia.

Isso não aconteceu e há muitos usuários que têm veículos que são de carroceria aberta, mas que estão sendo tributados em 2,5% apenas e tão somente porque a Receita Estadual entende que, através da Resolução do CONTRAN nº 291, houve uma interpretação que as caminhonetes, mesmo sendo utilitárias - e não me refiro a caminhonetes de passeio, que têm cabine fechada e na verdade são automóveis, mas me refiro àquelas utilitárias que as pessoas utilizam diariamente no seu serviço ou em serviço da vida rural ou em qualquer outra atividade, e o Deputado Anibelli é uma testemunha - então, hoje elas estão sendo tratadas de forma diferente, e o que requeremos é que haja um tratamento isonômico: da mesma forma que o proprietário de uma caminhonete cabine simples, ou de uma saveiro, que muitas vezes vemos jovens que utilizam muito esse veículo por ser potente, rápido e leve, muitas vezes não utilizam para trabalhos utilitários, mas estão sendo tributados em 1%, enquanto temos pessoas que estão utilizando veículos caminhonete cabine dupla, mas que na verdade não tem o conforto de uma caminhonete moderna, que são automóveis, mas é uma caminhonete preparada, com a sua suspensão, para carga.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Sou sua testemunha, Deputado Strapasson. Sou proprietário de uma caminhonete Toyota 2006, a diesel, tração nas quatro rodas e que tem a parte de carga. Esse é o carro que uso para minhas viagens e para meu trabalho na minha profissão, que sou advogado e agropecuarista. Em 2006, 2007 e 2008 foi uma média de R\$ 800 todos os anos, e esta ano, para minha surpresa, veio quase R\$ 1 mil e 800. Foi 100% de aumento.

Tenho brigado com o Presidente Nelson Justus e com o Líder do Governo, Romanelli, porque ou nós fomos enganados, e aí os 54 Deputados têm que passar um atestado de burrice ou de trouxas e nós não podemos aceitar isso, porque eu não aceito. Vou à Justiça e quero que a televisão diga a quem estiver nos ouvindo, e quero que os 54 Deputados concordem que fomos traídos, enganados, ludibriados e fizeram isso com o povo, porque votamos sabendo que a lei não mudaria, que era a mesma coisa as alíquotas iguais. Um automóvel que diz no documento... ou então o Governo e o DETRAN serão chamados de adulteradores de chassis, porque o documento do meu carro tenho na minha pasta, no meu gabinete, e o meu veículo é de carga, está escrito no documento nos três anos anteriores e agora mudaram o documento do meu carro para veículo sem carga. Foi no mínimo um aumento de 100%, o que não pode acontecer!

Temos que instalar uma CPI, convocar o intérprete da lei, ou quem mandou para a Casa, ou quem aprovou. Vamos ter que dizer à sociedade: não erramos, nós somos culpados. E se nós erramos, vamos dizer que erramos e estamos taxando a população. Mas, vai ficar o alerta para a nossa população do Paraná. Troco de nome se neste ano aprovarmos essa lei que enganou a população e os Deputados. Cincoenta e quatro Deputados foram trouxas. Ou nós vamos citar quem nos enganou, ou vamos pedir que eles mudem, ou vamos entrar na Justiça, ou vamos fazer qualquer coisa. Não podemos nos calar diante de um assalto à mão armada contra os contribuintes, contra nós, contra mim, contra todos, porque se o carro é de carga e cabine aberta não, a não ser que os ladrões de carros estejam mudando documento, daí vamos no mercado paralelo arrumar documento frio que existe aqui também.

Então, Deputado Strapasson, parabéns a V. Exa., é um assunto que eu tenho tratado durante o recesso, sei que tinha um requerimento a ser votado ontem, parece que a liderança pediu para discutir, não sei de quem era...

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Meu.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

É seu, parabéns a V. Exa. E vamos aprovar esse documento, eu vou votar com o seu requerimento. E vamos iniciar a legislatura, já que quiseram reduzir o recesso do dia 15 para o dia 2, vamos começar trabalhando em prol da população, convocar as pessoas e esclarecer. Chega de botar por cima, vamos abrir a ferida e ver quem é o culpado, se somos nós, ou é o Governo, ou é o DETRAN, a Secretaria da Fazenda. Quem não pode pagar a conta é o contribuinte.

Parabéns a V. Exa.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Só gostaria de colocar ao Deputado Anibelli que creio que, na verdade, não fomos enganados. Em nenhum momento esta Casa aprovou qualquer modificação de alíquota. Portanto, entendo que o Governo não poderia, de forma nenhuma, até por uma questão ética, ter alterado as normas anteriores em questão de alíquota. O que está ocorrendo, no meu entendimento, e vamos aguardar a informação concreta da base de legislação da Receita, é o seguinte: existe uma Resolução nº 291 do CONTRAM, estabelece o seguinte: que os veículos que estão sendo cadastrados novos, ou transformados, ou novos veículos, eles têm uma configuração de cadastro, e diz o artigo 3º que os veículos que vierem a ser cadastrados, a ser pré-cadastrados, ou efetuarem as transformações previstas no anexo 2, essas transformações, quando a pessoa altera um veículo para ambulância, para transporte de preso, para um veículo especial, enfim, qualquer tipo de veículo, ele tem que ter uma alteração. Motorhome por exemplo, então é anexo 2.

Então, os que efetuarem essas transformações, conforme o anexo 2, devem ser classificados conforme tabela constante no anexo. E o anexo 1, na verdade, não diz nada. Ele diz que existem duas categorias: a categoria de carga e a categoria especial. A de carga é o estava configurado anteriormente, e a especial eles colocaram na 291 um item que pode ser carroceria aberta ou cabine dupla. Mas na verdade, o que eu entendo, é que se o seu veículo, como tantos outros, está com seu certificado, e se amanhã o senhor for multado, vai aparecer no boletim da notificação, ou da multa, pelo DETRAN: "Veículo espécie carga". Ora, se ele é espécie carga, se a lei foi mudada, se no artigo 4º, que define as alíquotas de IPVA com base na Lei nº 14260 de 2003, diz que aplica-se a alíquota de 1% a ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná, DETRAN, ou cadastrado na Secretaria de Estado da Fazenda na categoria aluguel, no caso táxi, ou espécie carga, pagarão 1%.

Não mudamos esse artigo em nenhum momento. Pelo contrário, em 2004, quando se aprovou uma modificação desse artigo, se colocou o seguinte: o artigo 4º da Lei nº 14558, de 2004, que é a Lei do IPVA daquele ano, que cabe o imposto de 2,5% para os demais veículos automotores registrados na categoria tal, inclusive caminhonetes ou

camionetas com capacidade de cinco passageiros ou mais. Em nenhuma parte da lei diz que os veículos que são de carga deixarão de ser carga.

Portanto, não dá para admitir isso e eu creio que a Assembleia poderá e deverá realmente se pronunciar a respeito.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Strapasson, ouço com atenção e com preocupação, uma situação criada, naturalmente o contribuinte começa a manifestar-se dentro daquilo que está acontecendo, pois, aos quatro cantos nós Deputados Estaduais e também o Governo do Estado do Paraná, deixou claro que não haveria aumento de alíquota de IPVA no Estado do Paraná.

O que estamos vendo é que os proprietários de uma determinada categoria de veículos estão sendo penalizados, tendo que pagar seu imposto muito maior. No ano passado pagaram 1% e agora estão cobrando 2,5% do valor do veículo.

Têm caminhonetes que são ferramentas de trabalho de muitas pessoas, e estamos vendo aí uma mudança diferente daquela que aprovamos aqui nesta Casa. E nos traz uma preocupação grande, porque estão passando por cima do Legislativo.

Tudo isso tem que ser profundamente investigado para ver que está passando quem para trás. Pelo que vejo o Poder Executivo está passando a perna nos paranaenses, aumentando o valor do IPVA de determinados veículos no Estado do Paraná. É obrigação nossa nos aprofundarmos e esclarecer a todos os paranaenses o que o Governo do Estado está fazendo com esses que detêm os veículos de carga.

Muito obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

O meu objetivo nesta tribuna, hoje, é fazer com que o Governo reveja isso e continue tributando da mesma maneira que tributo no ano passado. Se for o caso discutiremos no final deste ano algumas modificações, mas temos que passar pelo crivo da Assembleia Legislativa.

É nesse sentido que encaminhamos esse requerimento, entendendo que existe boa vontade da Secretaria da Fazenda. Creio que a Delegacia da Receita não vai criar uma polêmica maior e vai corrigir esta interpretação que não conseguimos entender, até para que possamos dar um tratamento isonômico igual, justo àqueles que têm veículos utilitários e que estão assim no DETRAN cadastrados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é uma manifestação de agradecimento ao Senador Osmar Dias.

Vou contar aqui o porquê deste agradecimento.

No ano de 2007 fui procurado pelos dirigentes do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, representada pela professora Márcia Freire Machado Sá. Ela e outros professores traziam a preocupação e, ao mesmo tempo, traziam um convite para que eu fosse conhecer o bloco de Agronomia e o que estava acontecendo dentro daquele bloco.

E lá eu fui. Vimos uma falta de espaço, uma necessidade de investimentos para melhorar aquele curso na UEPG.

Curso esse, para que todos aqui saibam, que tirou o 9º lugar entre 3 mil 239 cursos existentes dentro da nossa Federação. É um curso que orgulha, uma excelência o curso de Agronomia.

Quando eles me trouxeram a preocupação e a necessidade de ampliação do bloco, e até mesmo com números, já existia um orçamento feito por parte dos dirigentes daquele curso. O orçamento trazia o montante de R\$ 1 milhão e 800 mil. Era a necessidade para que pudessemos ver a construção de mais dois blocos naquele curso, naquele prédio.

Eu pensei comigo: como vou ao Governador Roberto Requião levar um pedido? Ele não vai me atender nunca! Eu sou um Deputado de Oposição e ele tem uma posição clara: Oposição é pão e água; Situação ele atende o pedido daqueles que fazem sua vontade dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Eu disse aos professores que ali estavam, naquele momento: vou procurar aquele que ajudei, nas últimas eleições, e que, infelizmente, não venceu as eleições no Estado do Paraná. Vou pedir para que ele aponte emendas orçamentárias lá no Governo Federal, lá no Congresso Nacional, para que o curso de Agronomia possa receber os investimentos que vocês, neste momento, estão me pedindo. É isso que eu posso fazer, porque aqui no Governo do Estado do Paraná não tenho ferramentas, não tenho força para fazer com que o Governo libere recursos para esse curso.

Eu fui até Brasília, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Isso no ano de 2007. O Senador Osmar Dias prontamente se prontificou em direcionar emendas orçamentárias para ampliação desse bloco de Agronomia, só que disse: “Plauto, não consigo liberar R\$ 1 milhão e 800 mil numa vez só, mas vou dividir em quatro vezes de R\$ 450 mil.” Tudo bem, Senador.

Conversei com os professores por telefone, eles disseram que não tinha problema nenhum, que eles iriam construir esse bloco no decorrer dos próximos quatro anos. Logo após, o Senador esteve em Ponta Grossa fazendo uma visita e fizemos uma reunião com

os professores do bloco de agronomia. O Senador disse: “Olha, por meio do meu mandato, vou ampliar esse curso de Agronomia, porque sou ligado à agricultura e sei da importância que tem o curso de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir disso, a coisa aconteceu, não ficou na conversa, não ficou no discurso. Agora, no mês de dezembro de 2008, a Universidade Estadual de Ponta Grossa recebeu a liberação da primeira emenda orçamentária que foi apresentada pelo Senador Osmar Dias, e uma nova emenda foi apresentada para o ano de 2009. Naturalmente, aquele compromisso assumido começa a tornar-se realidade, sendo que a primeira etapa está liberada, são R\$ 450 mil e, a partir de agora, a construção vai começar a acontecer na universidade Estadual de Ponta Grossa.

A necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nessa ampliação fazer novas salas para os alunos, sala de reunião, um auditório, banheiros que se tem necessidade, um espaço para o departamento de solos, o setor de ciências agrárias, uma biblioteca e videoteca, que lá tem necessidade de ter, uma sala de informática, um centro acadêmico, enfim, vários novos espaços vão ser construídos e colocados à disposição dos professores e dos alunos que frequentam a sala de aula.

Então, quero deixar registrada a posição do Senador, que tomou posição firme de fazer a coisa acontecer e ajudar a nossa universidade, em Brasília. Gradativamente, no decorrer do ano, está acontecendo, o dinheiro está na conta da universidade, e uma nova emenda, apresenta para este ano de 2009, pode ser liberada também.

Obrigado, Senador Osmar Dias, em nome de Ponta Grossa, do curso de Agronomia e da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PT. PSDB. PDT. Bloco PTB/PR. Bloco PPS/PMN.

Bloco PSB/PRB/PV.

(Todas declinam).

Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O Deputado Edson Strapasson foi muito feliz quando foi à tribuna e fez referência aos dois requerimentos que o eminente Deputado apresentou no dia de ontem e o Líder do Governo pediu para discuti-los; esses serão votados na Sessão de hoje.

Conversamos com o Deputado Edson Strapasson ainda ontem, que os Deputados da Oposição, nós, através da nossa assessoria e mesmo ontem à noite, até as 20h, estivemos reunidos no meu gabinete estudando uma forma, uma medida até judicial para que seja restabelecido aquilo que a Assembleia aprovou em dezembro, ou seja, em relação ao ICMS. Isso cabe uma medida judicial por parte da Assembleia, ou por parte da Bancada da Oposição, ou mesmo de qualquer Deputado que seja. O que aprovamos, Deputado Edson Strapasson, V. Exa. foi muito didático, aprovamos a mesma lei que tínhamos aprovado já há alguns anos.

O que o atual Governo fez, o Roberto Requião, e isso tem que ser dito, que quem pagava o IPVA no Governo Jaime Lerner tinha um desconto de 15% quando o pagamento era à vista. Isso caiu para 5%. Houve um aumento de 10% real no pagamento do ICMS deste Governo em relação ao Governo anterior. Os índices, as alíquotas são as mesmas, 2,5% para automóveis e 1% para caminhões, ônibus, utilitários, caminhonetes, seja lá o que for. É a mesma alíquota, já tinha sido aplicada no Governo passado e este Governo continuou com a mesma alíquota e todos sempre usaram também a tabela FIPE.

Agora, o que este Governo fez, e V. Exa. com muita inteligência explicou didaticamente, estivemos reunidos ontem à noite, como eu disse, com a nossa assessoria vendo o que daria para fazer, ou administrativamente, ou mesmo juridicamente, em relação a esse atitude tomada pelo Governo do Estado em relação às caminhonetes. Ora, as caminhonetes são utilitárias. Existem caminhonetes que foram transformadas, sim, não são utilitárias, mas a caminhonete que tem carroceria, como disse o Deputado Antonio Anibelli, a sua caminhonete é utilitária, é de carga, porque ela tem carroceria, independente de quantos passageiros cabem ou não, ou ela seja mista, mas pela classificação da portaria, ou da resolução que V. Exa. fez menção, ela está classificada como caminhonete de carga, então é 1%.

Deputado Antonio Anibelli, o seu IPVA aumentou 150%, não 100%, é de 1% para 2,5% alíquota. V. Exa. sempre pagava 1%. Agora, o Governo está lhe cobrando 2,5% sobre a tabela FIPE.

Aliás, uma outra questão que levantamos ontem à noite também, e aí caberia o bom senso do Governo do Estado do Paraná, lógico, e temos que ser justos, não vamos radicalizar, por uma questão de coerência, temos que saber que o Governo tem que emitir o boleto, enviar para o proprietário. O Governo pegou qual tabela? Pegou a tabela do mês de setembro. Nós alertávamos em todas as Audiências Públicas, quando se discutiu a reforma tributária do Estado do Paraná que a crise que estava anunciada nos Estados Unidos, Japão e nos grandes centros, os Países de Primeiro Mundo, que ela viria para o Brasil. O Presidente da República falou que ela viria em forma de “marolinha”. Ela veio com força total.

Tanto é, Deputado Edson Strapasson, dizer que aquela tabela FIPE usada no mês de setembro - é lógico que o Governo tem que usar uma tabela - não vamos discordar disso. Só que houve uma desvalorização dos carros, na média de 20 a 30%. O imposto que pagamos, Professor Lemos, é sobre o bem de 2009. Vamos pegar um carro usado de R\$ 50 mil que valia em setembro, hoje ele está valendo 35 mil, 40 mil no máximo. Pagamos impostos e IPVA sobre 50 mil, quando na realidade esse bem não vale 50 mil.

O que o Governo deveria era comunicar às instituições financeiras, ou enviar o boleto aos proprietários e autorizar um desconto sobre aquele valor, que está estipulado no boleto dos proprietários de veículos, que receberam em sua residência. Aí sim o Governo estaria fazendo Justiça. Quando se muda a categoria de caminhonete para automóvel, aplica-se 2,5%. Por que se fez isso? Para aumentar a receita do Estado. Espero que estejamos errados.

Sei que não estou falando apenas para o Parlamento. Talvez, milhares de pessoas estejam nos ouvindo.

Srs. Deputados, o que falamos no ano passado sobre reforma tributária? Quando isso foi implantado? No mês de abril. A sociedade do Estado do Paraná vai sentir no mês de abril os reflexos dessa reforma tributária, que a Assembleia aprovou em dezembro no ano passado. O objetivo vai ser um único: aumentar a receita do Estado. O desconto, a redução da alíquota sobre os produtos, será que ela virá? Se ela vier, como os comerciantes estarão agindo antes, durante e após a sua aplicação? Vamos acompanhar! O tempo dirá.

Srs. Deputados, caros paranaenses, vocês verão a bela surpresa que os paranaenses terão a partir do momento da aplicação dessa reforma tributária, que votamos no ano passado. Podemos ser colhidos de surpresa, como o Deputado Antonio Anibelli, que é Líder do Partido do Governo do Estado, que teve a coragem de chegar aqui e falar o que seu carro aumentou em 150% o seu imposto. Isso é inadmissível, não é possível e não se faz! Espero que o Governo reveja urgentemente, porque há alguns carros que se forem pagos à vista, vence agora dia 20 de fevereiro a primeira parcela.

Então, a Secretaria da Fazenda tem que ser ágil. O Governo do Estado tem que ser ágil e justo com os proprietários dos carros. Assim como esperamos que o Governo seja justo quando da aplicação da reforma tributária em nosso Estado do Paraná.

Volto a dizer que estamos em alerta. Estamos preparados e estudando medidas. Espero que essas medidas não precisem ser adotadas, desde que atendam ao requerimento que o eminente Deputado Edson Strapasson está apresentando aqui na Casa. E que o Governo do Estado acolha e faça as correções imediatamente, na mudança de categoria, e também o bom senso por parte do Governo em relação ao valor venal desses cargos, ou seja, da tabela FIPE. Usou-se setembro e os carros foram desvalorizados diante da crise, que afeta hoje a economia mundial. Os nossos carros valem

menos e não podemos pegar imposto sobre um bem supervalorizado, que na realidade vale menos do que estamos pagando na sua base de cálculo. Essa seria a colocação que queríamos fazer. Espero que o Governo do Estado e a Secretaria da Fazenda revejam essas duas posições: primeiro das caminhonetes e também revejam uma posição em relação ao valor da tabela FIPE de setembro em relação à tabela que existe hoje em 2009.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli Filho.

Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje, Sr. Presidente, venho a esta tribuna na qualidade de Presidente da Comissão do MERCOSUL e Relações Internacionais, porque não posso me furtar em tecer alguns comentários e deixar um posicionamento da Comissão Internacional desta Casa a respeito da dificuldade econômica e financeira em que o mundo e o Brasil vem sendo assolado. Algumas conclusões começam a chegar, mesmo não sabendo a proporção dessa crise. Algumas conclusões, após algumas ações feitas nós podemos tirar.

A primeira delas, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é que não existe economia sem Governo. Está mais que provado que o neoliberalismo desenfreado não é a fórmula mágica, nem correta, para o desenvolvimento mundial. Se os Governos não intervissem nos cinco continentes do mundo, no Brasil, nos Estados Unidos, capitaneados pelo 1º Ministro Gordon Brown, que foi o primeiro a anunciar pacotes para salvar as economias mundiais, V. Exas. podem ter certeza que o caos seria maior.

Os Governos sim, devem agir para que as economias sejam regulamentadas, para que as economias mundiais sejam reguladas, sejam equilibradas e devem fiscalizar a livre concorrência de mercado.

Também, Sr. Presidente, não defendemos e não achamos que 100% de protecionismo seja justo. O que defendemos é que haja um equilíbrio e um diálogo entre as economias mundiais, para que as economias, as balanças comerciais possam continuar sendo positivas para todos os Países. Quando reprimo aqui o neoliberalismo desenfreado, não estou aqui defendendo o aumento de impostos ou as barreiras comerciais de um País para outro. Mas, que o protecionismo seja feito de uma forma equilibrada, que o neoliberalismo possa atuar de uma forma equilibrada e que as taxas e os juros que hoje no Brasil são das mais altas do mundo possam ser baixadas.

Quero dar um exemplo aqui de como as empresas brasileiras estão sendo ajudadas pelo Banco Mundial, pelo BNDES ou por financiamentos e empréstimos que possam acontecer junto às nossas empresas.

Achei uma atitude louvável do Governo Federal anunciar pacote e ajudar médias empresas, que defendemos que as pequenas empresas também sejam estimuladas e ajudadas por linhas de crédito, por financiamento, porque são os empresários, são os empreendedores que geram empregos, e neste momento de crise o Governo deve continuar ajudando, deve continuar financiando, mas uma grande ação, uma grande atitude que é tão louvável do Governo Federal, talvez tenha sido um pouco desmerecida, ou mal interpretada, ou mal expressada pelo Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, há algumas semanas atrás, quando disse, talvez num ato falho ou numa declaração infeliz, que o Governo está fazendo um favor às empresas quando empresta dinheiro, quando abre linhas de crédito e quando oferece recursos.

Veja, Professor Lemos, não é nenhum favor quando o Governo facilita a vida das empresas, até porque as empresas pagarão juros altíssimos. Este dinheiro é tomado de empréstimo, o empreendedor desenvolve, constrói a sua fábrica, a sua hidrelétrica, enfim, o empreendimento que lhe for do setor, ou que vier no momento para a construção, e vai construir a sua empresa pagando um dos juros mais altos do mundo.

Qual é o principal interessado, Sr. Presidente, para que esta empresa, para que esta indústria esteja em pé, esteja funcionando e comece a produzir, para que esse retorno financeiro venha ao empresário para que ele possa pagar o empréstimo de juros que estão aí e que irão vencer?

Então, o principal interessado em gerar empregos, em fazer a roda da economia girando, continuar gerando emprego, pagando impostos e desenvolvendo é sim o empresário, que toma uma linha de crédito e que porventura irá investir. O Governo, por consequência, tem a função de fiscalizar a construção de um possível empreendimento, ou de um certo empreendimento, e a geração de empregos que este empreendimento trará ao País.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte de V. Exa., estou ouvindo com bastante atenção o seu pronunciamento e gostaria de fazer uma sugestão: como V. Exa. preside a Comissão, a única Comissão que trata de assuntos internacionais, especificamente do MERCOSUL aqui na Assembleia, e eu faço parte, inclusive da Comissão que V. Exa. preside, acho que seria oportuno, quem sabe, V. Exa. pensar justamente com os demais Pares, em um debate envolvendo os aspectos econômicos aqui da questão do MERCOSUL.

Digo isso por uma razão muito simples: da mesma forma que o empresário sozinho, ou um Prefeito, ou um Governador, não vai conseguir sair desta crise que já está instalada, talvez no Brasil aconteça a mesma coisa. Estamos num mundo globalizado e as soluções são globais.

Portanto, desconsiderar o Brasil no contexto da Argentina, inclusive do Chile que está pagando um preço altíssimo por esta crise toda, porque a sua relação com o mercado internacional é o maior, proporcionalmente, dentre todos os países da América do Sul, mas desconsiderar o próprio Paraguai, a Bolívia, enfim, os países que compõem a nossa América do Sul, inclusive e principalmente o MERCOSUL, seria, talvez, um erro grande.

Então, propondo, sugiro a V. Exa. que possamos estudar esta possibilidade. Quem sabe fazemos um debate que oriente os demais Pares, os Parlamentares, convidando, inclusive, os Deputados Federais para estarem presentes, os Deputados da bancada do Paraná que representam o Parlamento do MERCOSUL e pudéssemos, as lideranças empresariais, que pudéssemos discutir. Quem sabe daqui nasçam também algumas sugestões. Não que vamos resolver o problema da crise, não é esta a pretensão. Mas a comissão daria uma inestimável contribuição, a mesma contribuição que V. Exa. está dando agora ao proferir esse pronunciamento e consolidar a sua liderança neste tipo de discussão, que eu acho muito importante e oportuno.

Obrigado pelo aparte.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Eu agradeço, Deputado Cheida. Foi louvável a sua contribuição e sua sugestão. Podemos discutir e faremos, sim, mais reuniões para tratar a respeito desse problema. Acho que o nosso posicionamento tem que ser deixado aqui.

Quero fazer um comentário, na verdade uma crítica que quero deixar para finalizar, ao COPOM aqui do nosso País, pelo espaçamento tão grande em que o COPOM se reúne e pela maneira branda com que vem reduzindo a taxa de juros do nosso País. Eu hoje defendo e acredito que a taxa SELIC tenha que variar entre 8 e 8,5% para que tenhamos um País mais competitivo. Repito aqui, somos um País que tem das mais altas taxas de juros do mundo, e também que o COPOM se reúna mais frequentemente, porque o COPOM se justifica dizendo que se reúne somente quando tem novos fatos, a cada 30 ou 45 dias. Ora, se tiverem que se reunir quando novos fatos surgem, o COPOM deveria se reunir todos os dias, porque todos os dias o mercado internacional está variando.

Concedo o aparte do Deputado Felipe Lucas.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Obrigado Deputado Carli. Quero me somar a V. Exa., ao Deputado Cheida. Ouvindo seu pronunciamento inteligente e construtivo, acho que a Assembleia precisa de pessoas que façam pronunciamentos, que deem encaminhamento pensando no País, no Estado e nos seus Municípios. Quero parabenizá-lo pelo seu discurso, pela sua forma construtiva e inteligente.

Obrigado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Eu é que agradeço Deputado Felipe Lucas.

Fica aqui meu posicionamento, alguns louros podem ser colhidos, outras críticas, mas aqui fica o posicionamento da Assembleia Legislativa com respeito à Comissão do MERCOSUL e nosso posicionamento em relação às dificuldades econômico-financeiras que estamos passando.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 007/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o Município de Marmeleiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o Município de Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 054, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário no dia 03/02/09, devido à reunião com Juiz da Comarca de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 064, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos em plenário, nos dias 09 e 10/02/09, pois estará representando a ALEP em reuniões no Ministério do Planejamento e no MDA, em Brasília, em defesa das negociações para os agricultores paranaenses que tiveram suas lavouras atingidas por uma forte estiagem. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 063, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 05/02/09 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária, e a diminuição de interstício. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham metais pesados no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que denomina a Cidade de Cianorte como Capital do Vestuário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a assegurar atendimento prioritário na Rede Pública Estadual de Saúde aos pacientes com idade igual ou superior a 60 anos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico - IBDA, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública o Origem - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 847/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que disciplina o atendimento na compra de produtos e prestação de serviços realizados através do telefone, o chamado telemarketing. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM E CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 012/08. (Publ. no DA nº 158/07, de 05/12/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 847/07 E 012/08 PROJETOS ANEXADOS

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei de autoria dos Deputados Plauto Miró e Dr. Batista, disciplina o atendimento na compra de produtos e prestação de serviços realizados através do telefone, o chamado telemarketing.

Os projetos de lei em questão não encontram nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Carta Magna no seu artigo 24º, inciso VIII, que diz:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Já o artigo 5º inciso X da Carta Constitucional ratifica a legitimidade dos projetos em questão, a saber:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

E na Constituição Estadual, que em seu artigo 53 diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI NºS 847/07 E 012/08

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através de telefone, o chamado telemarketing, obedecerão às normas estabelecidas nesta lei para o atendimento ao cliente.

Art. 2º Os serviços referidos nesta lei deverão ser prestados com a devida agilidade, evitando-se a espera do cliente na linha e, no caso de necessitar de transferência para outro setor, que ela seja feita uma única vez.

Art. 3º Os operadores de telemarketing deverão se identificar, no ato de atendimento, pelo nome, sobrenome e número de matrícula que lhe identifique.

Parágrafo Único. O número de matrícula referido no *caput* deste artigo deverá ser fornecido e administrado pela empresa que fornece o serviço e/ou produto ao consumidor, ficando sob sua responsabilidade a veracidade da informação.

Art. 4º O contato telefônico a ser estabelecido com o consumidor, para os fins do disposto nesta lei, salvo expressa anuência deste, só poderá ser realizado no horário compreendido das 9h às 20h em dias de semana, e das 10h às 19h em finais de semana.

Art. 5º Quando o operador de telemarketing não puder dar resposta imediata à informação ou serviço solicitado, anotará o número do telefone do consumidor, se esse assim concordar, e retornará com a resposta 24 (vinte e quatro) horas subsequentes à chamada.

Art. 6º Os operadores de telemarketing deverão fornecer, a pedido do consumidor, endereço para o qual poderão ser encaminhadas correspondências solicitando informações, reclamações e cancelamento de serviços.

Parágrafo Único. O aviso de recebimento da correspondência - AR, devidamente assinado, é documento válido para qualquer reclamação posterior.

Art. 7º O desatendimento às disposições trazidas por esta lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de:

I - 300 (trezentas) UFIRs, quando se tratar de primeira infração.

II - 600 (seiscentas) UFIRs, se verificada a reincidência.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 847/07

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 847/07 e 012/08 de autoria dos Deputados Plauto Miró e Dr. Batista, disciplinam o atendimento na compra de produtos e prestação de serviços realizados através de telefone, o chamado telemarketing.

Após requerimento de anexação dos projetos de lei aprovado em Plenário, a presente matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Após este parecer, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois o serviço de telemarketing, na atualidade, submete consumidores a situações vexatórias, deixando-os na espera por atendimento por tempo excessivo, bem como, realizam seus serviços em horários inconvenientes.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,
DA CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 847/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela tem como escopo a regulamentação do serviço de telemarketing para as empresas que usam deste expediente no âmbito do Estado do Paraná.

Dentro do que dispõe o Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, em seu artigo 33, parágrafo 14, esta relatoria conclui que a implementação do presente projeto e lei vem de encontro aos interesses do consumidor paranaense, na medida em que auxilia na proteção de seus direitos.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, e com escopo precípuo de resguardar os direitos do consumidor paranaense, esta relatoria se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhamento**)

Só para deixar registrado, o serviço de telemarketing no Brasil, nos dias de hoje, acabam tendo uma forma e uma regra de agir que acaba tumultuando e penalizando os consumidores que são procurados por ligações telefônicas, sempre de uma forma que possa, aquele que está ligando, vender algum produto ao consumidor.

Nós, com esse projeto de lei, estamos tentando normatizar, regulamentar no Estado do Paraná esse trabalho de telemarketing, em especial fazendo com que o operador de telemarketing faça uma entrevista o mais rápido possível, sem deixar com que o consumidor fique esperando no momento em que transfere de uma linha para outra, de um atendente para outro. E principalmente determina o horário de funcionamento do telemarketing, porque eu já recebi ligações às 7h30 da manhã, de pessoas de telemarketing, tentando me vender alguma coisa. E também 9h, 9h30 da noite. Estamos querendo regulamentar o atendimento para que os paranaenses tenham, através desse serviço de telemarketing, uma forma tal que não sejam penalizados no seu dia-a-dia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, que cria o período de autodenúncia para a localização e qualificação de BHC e demais agrotóxicos proibidos no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (**Publ. no DA nº 010/08, de 27/02/08, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 052/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelos nobres Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira foi submetido ao crivo da CCJ quanto a sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa. Devolvido aos autores em face da flagrante imprevisão do impacto financeiro, supressão essa que cria vedação legal para prosseguimento do feito e flagrantes dispositivos caracterizadores da inconstitucionalidade, oportunizou-se aos autores a readequação do projeto aos termos do parecer SEMA nº 211/08.

Os autores reapresentam agora o projeto de lei com substitutivo geral para reanálise do seu contexto. Examinando-o concluímos que os fatores impeditivos e caracterizadores da inconstitucionalidade foram removidos alinhando-se às exigências da sua legalidade e constitucionalidade.

O maior óbice à sua aprovação reside no artigo 2º do projeto original que impunha ao Poder Executivo promover a ampla divulgação para sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei. A imposição regrada no citado artigo afrontava a Lei de Responsabilidade Fiscal, agora minimizada com a supressão da expressão

“deverá” por “poderá” (artigo 3º) permitindo ao Executivo adequar os efeitos da lei ao orçamento atual ou enquadrá-lo nos próximos.

Também foi substituído o termo “autodenúncia” pela expressão “cadastramento” (parágrafo único, artigo 1º) eliminando-se a possibilidade de auto-incriminação dos detentores desses produtos, já que o escopo do projeto não é fazer “caças às bruxas” e sim identificar os focos de produtos tóxicos, em cooperação com os seus detentores, para que os órgãos responsáveis juntamente com os seus usuários possam avaliar a quantidade, a localização e afetação ambiental dando o tratamento adequado à sua destinação.

Acatou-se ainda a sugestão da SEMA para que o IAP fosse excluído como órgão arrecadador na medida em que atua como fiscalizador e não como agente coordenador dessa atividade, (artigos 1º e 3º), sendo substituído o “IAP” pelo “SEAB” - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

Tendo em conta as mudanças efetuadas minimizando o alcance das medidas propugnadas em relação aos usuários, suavizando os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal, eliminada a imposição ao Executivo, ampliado-se a isenção dos impactos contra os agentes detentores dos referidos produtos criou-se maior incentivo a cooperação desses tais agentes com os órgãos responsáveis. Neste propósito o substitutivo geral acresceu no parágrafo único do artigo 1º a isenção às sanções “civis e penais” além das administrativas que constavam no projeto original tornando-o mais benéfico aos detentores dos referidos produtos tóxicos, objeto do presente projeto de lei.

Constata-se que todas as alterações são pertinentes e propícias aos setores responsáveis no que tange a matéria tóxica objeto do presente PL, sendo elas de importância substantiva à sua eficácia, quer no âmbito prático, quer no âmbito metodológico, razão pela qual imputa-se significativo avanço ao substitutivo geral em relação ao projeto originário.

O nosso parecer vestibular conclui que o projeto de lei constitucional quanto a sua iniciativa, porém ilegal quanto a “forma” já que não previa em razão da matéria, o impacto financeiro, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais dispositivos constitucionais.

Vencida essas questões e examinando-se o substitutivo à luz da constitucionalidade e legalidade é de se convir que o presente projeto de lei está apto a prosseguir às demais fases podendo agora ser submetido ao crivo regimental do Plenário desta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo o projeto de lei meritório em razão da matéria albergada, considerando que o assunto ligado à proteção do meio ambiente exige urgência no que tange às ações de solução, dado a sua importância à humanidade como um todo, nosso parecer final é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo geral, devendo este ser encaminhado ao Plenário. (Anexo).

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 052/08

P A R E C E R :

Art. 1º Fica instituído, 45 dias após a publicação da presente lei, um período de 6 (seis) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, nas Cooperativas Rurais ou ainda junto aos Sindicatos Rurais, declaração contendo:

I - tipo ou tipos de agrotóxicos;

II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;

III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos, e;

IV - condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo Único. O cadastramento de que trata o *caput* do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções civis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos.

Art. 2º Desde a publicação da presente até o término do prazo previsto no artigo 1º da presente lei, poderá o Poder Executivo promover ampla divulgação com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei, bem como o procedimento para a realização do cadastramento.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB, poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a contar 45 dias da publicação desta lei, proporá soluções de gerenciamento dos estoques declarados, em conjunto com fabricantes de produtos agrotóxicos, cooperativas de antigos usuários e outras instituições relacionadas ao tema.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei em até 30 dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
ROSANE FERREIRA - Relatora

JUSTIFICATIVA:

A palavra “autodenúncia” reflete um termo juridicamente incorreto para o intuito que se almeja dar ao presente projeto de lei, notadamente porque o que se pretende é que todas aquelas pessoas físicas ou jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, o apresentem, por ser esta uma questão de interesse público - que envolve não apenas a proteção ao meio ambiente, mas também uma possível solução para o notável problema dos agrotóxicos frente à saúde das pessoas.

Considerando-se parecer realizado pela Secretaria de Meio Ambiente - Expediente nº 211/08 - SEMA/GS de 07/05/08 -, por intermédio da presente emenda substitutiva geral acrescenta-se a possibilidade das pessoas físicas ou jurídicas realizarem o cadastramento dos agrotóxicos em tela junto às Cooperativas e à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB em substituição ao IAP, eis que este detém a função de fiscalização ambiental, o que poderia desestimular a declaração a que alude o artigo 1º deste projeto.

No que tange à isenção disposta no parágrafo único deste mesmo artigo 1º, o complemento de que os declarantes de que tratam o presente projeto de lei estarão isentos de quaisquer sanções, deve incluir as sanções civis, além das penais ou administrativas, considerando-se que o Direito Ambiental prevê repercussão jurídica tripla, devendo os declarantes do presente projeto estar desobrigados em todas as três esferas de responsabilização.

Quanto à alusão a prováveis impactos financeiros, a presente Emenda Substitutiva Geral substitui a expressão “deverá” pela expressão “poderá” no artigo 2º do Projeto de Lei nº 052/08 que, a nosso ver, dará ao Estado a opção de fazê-lo ou não, conforme suas prioridades orçamentárias. Assim sendo, não há que se falar em criação de obrigação para o Poder Executivo, sendo desnecessária, desta forma, apresentação de “impacto financeiro”, eis que ele deixa de existir.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 052/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos nobres Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, pretende criar o período de autodenúncia para a localização e qualificação de BHC e demais agrotóxicos proibidos no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

ELTON WELTER - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Esse projeto, queria chamar a atenção dos demais Pares, é de vital importância para o Paraná e um exemplo para outros Estados. Temos 5 milhões de quilos de BHC ainda no Estado do Paraná. E em lugar incorreto e não sabido. O Governo não sabe onde está, e quem sabe tem medo de contar, porque tem medo de represálias, que sejam da esfera judicial ou administrativa.

Então, esse projeto abre um período de carência para uma espécie de uma alta denúncia, onde o cidadão que tem o veneno na sua propriedade diz ao Estado que tem, ou à cooperativa, ou ao IAP, ou à EMATER, e com isso o Governo se obriga a retirar esse produto com o auxílio da iniciativa privada, incinerá-lo aonde for melhor, no Estado de São Paulo ou no Rio de Janeiro. Nós vamos limpar o Paraná desse veneno terrível que é o famoso hexaclorobenzeno - HCB, ou pó-de-broca que era usado na lavoura do café e do algodão.

Peço a aquiescência dos nobres Pares para que possamos, o Governo já faz reuniões continuadas com a OCEPAR, com a FIEP e com as demais entidades do setor agrícola, para solucionar essa questão. A iniciativa privada está de prontidão para se somar à essas atitudes. A Assembléia Legislativa do Paraná está dando uma enorme contribuição nesse sentido. Falo por mim, pela Deputada Rosane Ferreira, que comigo é autora desse projeto também, e peço a aquiescência dos nobres Pares para que possamos transformar esse projeto num benefício a todos os paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o Deputado Luiz Eduardo Cheida integra a base que dá apoio ao Governo nesta Casa. Integrante da Bancada do PMDB, é um Deputado que tem uma experiência extremamente importante na questão ambiental. Seguramente é uma autoridade reconhecida por todos.

Embora tenha que reconhecer que o projeto de lei do Deputado Cheida é um projeto extremamente interessante e pode, de fato, ser muito útil, para poder, de fato, fazer com que estoques que estejam clandestinos de mercadorias agrotóxicos possam ser, de fato, destinados de forma ambientalmente correta, é de se reconhecer que o projeto, como estamos discutindo, não o mérito, mas a constitucionalidade, tenho aqui no meu encargo de Líder do Governo, que chamar a atenção desta Casa, que esse projeto eventualmente poderá ser vetado pelo Poder Executivo, em primeiro lugar, por justamente interferir na esfera de exclusiva competência da chefia do Poder Executivo.

Esse primeiro tema, gostaria de chamar a atenção, é prerrogativa do Poder Executivo e regular direito seu, em relação à questão que envolve a competência da iniciativa desse projeto de lei. Ao mesmo tempo é de se reconhecer que o projeto de lei tem uma tentativa de regular uma matéria que já está tratada por uma lei federal.

A Lei Federal nº 9605/98 estabelece as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Em seu artigo 56 estabelece a punição para quem fizer uso de agrotóxico em desacordo com o estabelecido em leis ou nos seus regulamentos. Além de observarmos a Lei nº 7802/89, os seus artigos 82 e 86.

Coloco isso no sentido de poder registrar que na avaliação - já discutimos isso no âmbito da CCJ - o projeto padece da constitucionalidade. Mas em respeito ao Deputado Luiz Eduardo Cheida, que integra a nossa bancada, quero registrar esse posicionamento da inconstitucionalidade, mas ao mesmo tempo liberar a nossa bancada para que todos que queiram acompanhar o voto favorável pedido pelo Deputado Cheida possam fazê-lo.

Fica o nosso registro que poderá haver, para que depois, especialmente por ser co-autora a Deputada Rosane Ferreira, não se alegue que a Liderança do Governo, no tempo certo, não tenha aqui chamado a atenção da inconstitucionalidade do projeto de lei em tela, que naturalmente no tempo certo vai ser analisado pelo Governador Requião face à questão da constitucionalidade, ou eventualmente do interesse público que o Chefe do Poder Executivo é Poder Executivo é portador por delegação do povo paranaense, de reconhecer num projeto de lei, aprovado por esta Casa, reconhecer ou não reconhecer o interesse público.

É isso, Sr. Presidente, mas liberando a nossa bancada para que cada um possa votar de acordo com a sua convicção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Eu declino do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques da rede particular de ensino divulgar informações e tabelas nutricionais dos alimentos comercializados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM E CSP. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 083/08, de 15/07/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 320/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

A proposta sob discussão objetiva, é fazer com que os estabelecimentos do Estado do Paraná que comercializam alimentos disponibilizem aos consumidores informações e tabelas nutricionais dos alimentos comercializados.

Para que se esclareça, desde logo, necessário dizer que pela tabela nutricional podem-se ver todos os ingredientes dos alimentos, qual seja, sua precisa composição.

O projeto de lei é apresentado com base na crescente preocupação com a saúde da população, na qual a quantidade de pessoas com sobrepeso aumenta em progressão geométrica. Ainda mais, como se disse na justificativa do projeto, inúmeras pessoas são intolerantes a certos ingredientes, acabando pois por consumir alimento por não saber de modo claro sua composição nutricional.

Apenas a título de informação, é de dizer que essa iniciativa deflagrada por membro desse Parlamento Estadual já foi proposta em outras Casas de Leis. Nos Estados Unidos, Cidade de Washington, em 31/07/08, foi publicada norma que estabelecia essa regra; no Congresso Nacional pátrio pode ser consultado o Projeto de Lei nº 2714/03, apensado ao Projeto nº 1097/03 que também buscou estabelecer essa imposição e por fim, projeto de lei do Município do Rio de Janeiro, de nº 1225/03 que também trata do assunto.

Visto desse modo, importante que se diga que o presente projeto tangencia temas de relevo como: defesa do consumidor e saúde pública, ante a evidente preocupação de que as informações sejam prestadas para que se possa facilitar a proteção tanto de pessoas obesas, que mais se tensionam a ter problemas físicos, como também para pessoas impossibilitadas de ingerir certos ingredientes ou alimentos. Nessas linha é que se desenvolverá o parecer.

Fundamentação

Da legitimidade

Como já supra delimitado, o projeto trata de defesa do consumidor e saúde pública, pelo que se passa a perquirir sobre a legitimidade para iniciar o processo legislativo nesse caso. A Constituição da República traz em seu artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Já pelo artigo 24 temos que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Ora, pelo critério da competência comum fica claro que os três níveis de organização política devem zelar pela saúde pública da população. Ainda mais, compulsando o artigo 24 fica definido que a competência para legislar sobre consumo, ou direito do consumidor é con-

corrente. Em sendo dessa espécie é sabido que à União compete traçar regras gerais e aos Estados estabelecer regras que colmatem eventuais lacunas da regra geral. A União já exerceu sua competência ao criar o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078/90. Incumbe pois aos entes federados legislar sobre temas pontuais, desde que não conflituem com as regras do Código Consumerista.

Ao passo que se estabelece a regra de competência dos Estados, forçoso que se analise, dentro da estrutura deste, qual será o órgão detentor da legitimidade para iniciar o processo legislativo. Para arredar eventual dúvida, o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná traça:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Em conclusão, manifesta esta a legitimidade de Parlamentar iniciar processo legislativo nesse caso.

Do objeto

Neste particular passa-se a analisar, de modo detido, acerca da defesa do consumidor e da saúde pública aplicada ao objeto material do presente projeto.

Da defesa do consumidor

A justificativa do projeto diz que está a se defender o consumidor, na relação travada com os que comercializam alimentos. Pois bem, sempre que se toca o assunto consumerista, indispensável que se analise os artigos do Código de Defesa do Consumidor que tratam da formação da relação. Senão, vejamo-los:

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo Único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Assim, quem compra alimentos para consumo final, sem repô-los ou repassá-los, basicamente, pode ser definido como consumidor final. Na concretude que se vergasta de fato aqueles que consomem alimentos são consumidores.

De outra banda:

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Parece suficientemente claro que aqueles que vendem ao consumidor final os produtos alimentícios são considerados fornecedores. Assim, forma-se de modo

preciso a relação, na medida que de um lado tem-se o consumidor e do outro o fornecedor.

Frente a isso, podem ser aplicadas as regras de defesa do consumidor, as quais passam-se a colacionar. Peculiar importância ganha a regra da informação, que no artigo 6º está posto dessa forma:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde, e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

De modo patente que o consumidor tem direito essencial a todas as informações sobre o produto a ser ingerido. Posto nestes termos, a regra da publicidade deve ser valorizada e respeitada, merecendo apoio o projeto nessa quadra.

Da defesa da saúde pública

A saúde pública é assunto de tope constitucional. Os artigos 196 e 197 de nossa Carta Política dizem que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

José Afonso da Silva aduz que: “A saúde é concebida como um direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos”. E prossegue o citado mestre: “As ações e serviços de saúde são de relevância pública, por isso ficam inteiramente sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle do Poder Público, nos termos da lei.” (grifos nossos). Pelas palavras do citado autor é de se ver que a saúde pública ganha ares de destaque, seja quando da elaboração de políticas públicas, seja quando da elaboração de projetos de lei. Por isso, deve ser entendido que o projeto de lei busca preservar e melhorar a saúde da população paranaense, de modo preventivo, através de veiculação de informações claras e acessíveis para todos os consumidores.

Questão que pode ser intentada é a do custo para as empresas veicularem tais informações. Ocorre que, nada habilita tal argumentação a proceder. Primeiro porque está a se defender questão constitucional, pelo que não pode ceder espaço essa defesa por simples razão econômica. Segundo porque a definição da composição dos alimentos já está disponível no site da ANVISA. Assim, a bem na verdade, não se terão elevação de custo, ante a disponibilidade dos dados no site da Vigilância Sanitária.

Da Questão da Multa

O artigo 4º da proposta diz que em caso de descumprimento desta lei, aplicar-se-á multa de R\$ 500,00, acrescido de duas vezes o valor do item mais caro do cardápio ou similar do estabelecimento. Até este ponto, nada obsta o projeto, vez que arrolar sanção pode incentivar os destinatários a aplicar as disposições legais. Ocorre que, pelo artigo 6º do texto do projeto, fica estabelecido que a fiscalização da presente lei será feita pela Secretaria de Estado da Saúde, que deverá atentar para lei no momento de suas inspeções. Pois bem, neste particular pode vir a surgir objeção, na medida em que estaria a se conflitar com o princípio da separação dos poderes, encartado no artigo 2º da Constituição da República:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E mais, pela Constituição do Paraná temos, no artigo 66 que:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Pois bem, para que se afaste qualquer questionamento, importante se pesquisar acerca da competência da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Para tanto, consulte-se o Decreto 777/07, em seu documento anexo, pelo qual se estabelecem as funções da Secretaria de Estado da Saúde. *In verbis*:

Art. 2º O campo de atuação da Secretaria de Estado da Saúde, na condição de gestora do Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito estadual, além do previsto nas Leis Federais nºs 8080, de 19/09/90 e nº 8142, de 28/12/01 e na Lei Estadual nº 13331, de 23/11/01, compreende as atividades relacionadas com:

XIX - a fiscalização e o controle, em caráter suplementar, dos estabelecimentos públicos privados do interesse à saúde, no Estado;

Afora dúvidas que esses estabelecimentos que comercializam alimentos são de interesse da saúde para o Paraná, de forma que compete à Secretaria de Estado da Saúde fiscalizar e controlar tais empresas. Sendo assim, entende-se que essa disposição sobre a aplicação de multas está inserida no âmbito de competência da Secretaria, razão pela qual inexistente vício no texto.

Do Artigo 7º - Separação dos Poderes

O artigo 7º da proposta traz disposição que não merece aprovação. Como já se pode dizer em linhas acima, a princípio da separação dos Poderes, ideia fundante de nossa República, não permite que um Poder venha a interferir nas atribuições do outro. Da mesma forma, não pode um poder obrigar outro a coisa alguma, sob pena de inconstitucionalidade material. Assim, desde logo deve esse artigo ser suprimido, providência que se efetiva pela doação da Emenda Supressiva que segue como anexo.

Conclusão

Em síntese, o projeto de lei ora estudado traz importante apoio e incentivo à defesa do consumidor, no quesito informação, como ainda traz importante contribuição para a defesa da saúde pública, posto a importância de se combater doenças que possam ser levadas a cabo pelos alimentos consumidos.

Como desfecho, dado a respeito aos aspectos legais e constitucionais, somos pela aprovação do presente projeto, com a adoção da emenda supressiva que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 320/08

Fica suprimido do texto do projeto o artigo 7º, ficando pois o artigo 8º a ser renumerado como 7º.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 320/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 320/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações e tabelas nutricionais de alimentos comercializados por bares, lanchonetes, restaurantes ou similares.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois visa proteger a população alérgica a lactose, glúten ou pessoas com diabetes. Outro excelente motivo é garantir o direito do consumidor em saber todas as informações sobre os produtos e serviços que adquire.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 320/08

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques da rede particular de ensino divulgar informações e tabelas nutricionais dos alimentos comercializados.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de assegurar o direito do consumidor e garantir um bem maior, que é a saúde de toda a população paranaense.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

DR. BATISTA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, da mesma forma gostaria de pedir o apoio dos demais Pares. Esse é um projeto original, hoje por coincidência, agora há pouco, há questão de duas horas atrás, a Rede Globo fez uma grande matéria nacional no jornal do início da tarde, dizendo um dado escandaloso. Há 10 anos atrás nós tínhamos 3,7% das crianças brasileiras com obesidade. Não chegava a 4%. Em 10 anos crescemos 400%. Temos hoje, no Brasil, 13% dos meninos e meninas em uma situação de obesidade, e 30% delas serão obesas no futuro. E a obesidade já é a segunda causa de risco de morte no Brasil; só perde para o cigarro. Esse é um projeto que previne isso. O cidadão come e não sabe o que está comendo, pede um prato de batata frita e não sabe quantas calorias vêm.

Esse projeto é justamente para prevenir a situação de obesidade. O cidadão continua livre para escolher o que ele quiser comer, mas ele nunca poderá dizer que não está informado sobre aquilo que está comendo.

É um projeto original, a Casa tem acertado bastante, no meu entendimento, em dar aquiescência na Comissão de Constituição e Justiça a esse projeto, e peço também aos demais Pares que possamos votar favoravelmente e vermos aprovada uma lei que, no meu entendimento, será de grande benefício a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Encerrada a discussão. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na tarde de ontem a Mesa, na minha avaliação, contrária ao Regimento Interno, recebeu um requerimento de criação de uma comissão especial para estudo e acompanhamento da situação do SERCOMTEL, telefonia fixa para todo Estado do Paraná, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Nós fomos favoráveis à criação da Comissão Especial.

A Mesa teve um encaminhamento que, na minha avaliação, é diverso do que preceitua o nosso Regimento Interno. O Regimento interno no artigo 131, parágrafo 3º, pressupõe que Comissões Especiais devam ser necessariamente votadas por este Plenário. Pergunto a V. Exa. se esse requerimento, depois de ir à Comissão Executiva retornará ao plenário, única e exclusivamente em função do precedente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe perfeitamente a questão de ordem. Tão logo nós recebemos o requerimento encaminhamos à Mesa Executiva, que tão logo se reúna na terça-feira, tome as providências e volte ao plenário. Cabe perfeitamente a sua questão de ordem.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 019, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Estivemos conservando sobre esse requerimento e analisando em profundidade o texto da lei aprovada no ano passado. Aprovamos um texto que diz: *Serão colocados como base de valores venais a tabela FIPE conforme tabela anexa*, o que deixa claramente a interpretação do Governo que, da mesma forma que no ano 2007 - quando aprovamos uma redação idêntica - o Governo utilizou a base de valores de setembro de 2007, aplicando para a tributação do IPVA de 2008 e, portanto, naquela oportunidade o contribuinte saiu em vantagem, já que a tabela foi aumentada nesse período e, da mesma forma, utilizando a interpretação legal, este ano, em função da crise, houve uma redução da tabela FIPE de setembro, mas como o Governo tem que usar uma base de valores fixa para a elaboração do orçamento, conforme determinam as normas legais, entendemos que até poderíamos ter colocado uma emenda no ano passado, dizendo que a tabela FIPE deveria ser a de janeiro, mas como não foi colocado, infelizmente, no ano de 2007 para 2008, o contribuinte acabou levando vantagem e neste ano acabou realmente perdendo, porque a tabela desvalorizou.

Retiro esse requerimento para que possamos debater melhor a questão da alíquota de 1% e para que neste ano de 2009, para o exercício de 2010, possamos trabalhar melhor esse texto da lei de uma forma clara e definitiva.

Então, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Tivemos nesta tarde manifestações acaloradas sobre esse problema do IPVA. É inegável que o preço do automóvel usado caiu no mundo inteiro em função da crise, mas aqui é uma Casa que faz leis e se temos essa faculdade, faço um apelo aos nobres colegas para entrarmos com um projeto de lei estabelecendo que a avaliação desses veículos usados no Paraná seja feita com base em uma avaliação de 1º de janeiro de 2009, e não como foi, lá para trás, quando o preço do automóvel era muito mais alto.

Então, como tivemos aqui vários Deputados defendendo os paranaenses, creio que não haverá dificuldades de aprovarmos esse projeto, porque não adianta fazermos requerimentos de apelo, porque daí o DETRAN vai atender se quiser, e pelo o que temos visto não vai atender coisa nenhuma, e o povo continuará sendo prejudicado.

Então, somente através de um projeto de lei contundente e objetivo é que poderemos chegar onde nós queremos, que é que a avaliação do preço automóvel seja feita com base na avaliação deste ano e não do ano anterior, quando o carro estava bem melhor avaliado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Diante da manifestação do autor do requerimento, Deputado Edson Strapasson, sendo que lhe é facultado esse direito de retirar o requerimento, mas quero dizer que logo após o término desta Sessão vamos nos reunir com os Deputados de Oposição, com a nossa assessoria e estudaremos uma forma de reapresentar esse requerimento na próxima segunda-feira, porque entendemos que é uma questão emergencial. Como existem as medidas adotadas pelo Governo Federal e outros Estados em reduzir impostos, acho que neste momento deve prevalecer o bom senso. O que não pode, na questão de anuênio, é aumentar o imposto no mesmo ano, mas a redução pode ser feita, e essa tabela que nós aplicamos, que estava anexa ao projeto e também muito bem explicado pelo Deputado Edson Strapasson no momento em que ele pede a retirada do seu requerimento, acho que o Governo do Estado, usando bom senso, deveria usar a tabela FIPE deste ano, de janeiro, ver qual é a correção, qual é a diferença nos carros e autorizar as instituições bancárias, financeiras do Estado do Paraná, e parece-me que é só o Banco do Brasil que pode receber o IPVA, também o que acho que não é justo, até o vencimento qualquer instituição financeira deveria ter autorização para receber essa cobrança.

Vamos então apresentar esse requerimento, vamos estudar, porque nos manifestamos dessa tribuna estivemos reunidos ontem à noite com a nossa assessoria até às 20h, estamos estudando as medidas, e provavelmente nós, Deputados da Oposição, vamos nos reunir, vamos discutir essa questão da possibilidade de reapresentar esse requerimento, já que não podemos apresentar o projeto, que estamos mexendo na questão tributária, e não temos competência sobre isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que o Deputado autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já retirou o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Já retirou o requerimento, e o Deputado Elio Rusch, obviamente, faz um discurso político, embora eu queria recomendar a ele uma prática que foi aqui adquirida pelo anterior Líder da Oposição, Valdir Rossoni, que pegue a tabela anexa ao projeto, acesse o site da FIPE, veja inclusive o mês de janeiro, V. Exa. vai ver que a diferença é absolutamente irrisória, sem nenhum significado. Eu fui ver isso pessoalmente, pegue o veículo, V. Exa. vai ver, e aquilo que disse o Deputado Strapasson, no ano passado o contribuinte foi altamente beneficiado pela mesma regra, por quê? Porque houve um acréscimo no valor dos veículos.

V. Exa. não precisa se convencer pelo que eu estou falando, vá aos dois sites, ao SEFA e a FIPE, compare os veículos às tabelas e V. Exa. vai ver que diferença alguma há, praticamente, a diferença é muito pequena mesmo, muito pontual.

Então, isso é um cavalo de batalha absolutamente desnecessário, mas V. Exa., por si próprio, vai poder se convencer.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Já que retiraram os requerimentos e vão apresentar da tabela FIPE, o meu não se refere à tabela FIPE nada, eu vou mostrar aqui: em 2006 eu paguei R\$ 705; em 2007, R\$ 668, acho que paguei à vista; em 2008, R\$ 705; em 2009, está aqui o documento do meu carro, é Toyota Hilux 4x4, de carga, caminhonete aberta, cabine dupla, este ano R\$ 1.811,87. Com tabela FIPE, ou sem FIPE, o que vale é que meteram a mão nos paranaenses, e quero saber quem é que está metendo a mão. Eu posso pagar, porque Deputado ganha bem, não tem problema, vende um boi e paga; mas o povo que trabalha e que usa o carro não pode vender boi, porque não tem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas nem todos têm boi para vender também. É bom que fique claro.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Mas outros têm loteamentos. Todos nós temos profissão, Sr. Presidente, a profissão de Deputado não existe, porque sabemos o sacrifício dos Deputados. Por isso se fala inclusive na aposentadoria dos Deputados. Ou será que a profissão de Deputado é ladrão? Porque eu já disse que a minha profissão não é ladrão; a minha profissão é advogado, funcionário público e agropecuarista. Sou Deputado por acaso, há 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 016, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Para Encaminhar)

Esse requerimento foi objeto de um encaminhamento de informações à Receita Estadual, até queremos agradecer o Líder do Governo. Também estive conversando hoje à tarde, por telefone, com o Coordenador da Receita, Vicente Tesa, e ele encaminhou, via fax, a sustentação legal que caberia a manutenção ou adoção de 2,5% nas caminhonetes de carga, alegando que em 2004 houve uma alteração da lei dizendo que caminhonete de cinco passageiros deveria ter uma alíquota de 5%.

Como estudei profundamente esse assunto, não fomos enganados na aprovação da lei este ano, não aprovamos nenhuma alteração de alíquota.

No entanto o Governo alegou, nessa resposta, que em 2004 teríamos aprovado, como de fato o fizemos, a aprovação da alíquota de 2,5%. Mas aprovamos para as caminhonetes de passeio e que não são utilitários. Estas devem, sim, continuar pagando 2,5%.

O veículo utilitário, seja ele Saveiro, Fiorino, e está cadastrado no DETRAN como espécie carga, não pode ser discriminado. Tem que ter uma cobrança idêntica a qualquer outra caminhonete. Portanto, o que é de carga deve continuar com 1%.

Esse requerimento coloca claramente para que o Governo possa rever, para que haja uma tributação justa, de forma isonômica a todos.

Não tem sentido um elemento que tem um veículo de cabine simples, como diz o DETRAN, ser tributado por 1%. E alguém que tem caminhonete que comporta cinco passageiros, com estrutura para carga e está utilizando para carga, tenha que pagar 2,5%.

Se o Governo tem intenção de rever com mais discriminação esta categoria, que o faça no encaminhamento do projeto de lei dos tributos no final deste ano para o ano que vem. Aí a Assembleia Legislativa vai debater em profundidade o que é justo e o que não é justo. Mas não pode usar um elemento sem fundamento para querer aumentar a alíquota de 1 para 2,5%.

Quero pedir aos Deputados que votem SIM ao requerimento. É justo, é necessário, e creio que é a intenção desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Edson Strapasson estudou esta matéria e alguns detalhes acabei tomando conhecimento, justamente pelo estudo sistemático que ele fez da lei e das resoluções da SEFA e do CONTRAN.

Efetivamente, em primeiro lugar, sempre quero agradecer a forma gentil e atenciosa que a Secretaria da Fazenda, especialmente por meio do Diretor Geral Nestor Bueno, dá as respostas a esta Casa. Ele nos deu uma resposta a este pedido da revisão, não no sentido de negar ou não conceder, mas no sentido de poder esclarecer em quais fundamentos a SEFA fez o enquadramento das caminhonetes. Aqui os boiadeiros, os fazendeiros, a que se refere ao nosso querido Deputado Anibelli. O fato é o seguinte: um boi, um boi e meio, certamente, vai dar para pagar o IPVA dessa caminhonete.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o pedido de revisão feito pelo Deputado Strapasson, pode e deve ser aprovado por esta Casa no sentido de que pode ser analisado, mas quero dizer o seguinte: há uma resolução do CONTRAN. Para quem não sabe é o CONTRAN quem regulamenta todo esse enquadramento de veículo. Então, quando o veículo é da categoria de carga especial (caminhonetes de cabine dupla que transportam cinco ou mais pessoas), a nossa lei estadual do IPVA, votada em 2004, já diz que esse IPVA tem alíquota de 2,5. Quem mudou o enquadramento das caminhonetes não foi a SEFA, foi o CONTRAN, Resolução nº 291 de 29/08/08 e a Resolução 292 de 29/08/08 sobre modificações de veículos prevista na Lei nº 9503, ou seja, são os documentos legais, as normas legais que embasam o enquadramento feito pela SEFA.

Vou dizer mais até: terá muita dificuldade, até por conta da responsabilidade que tem o Administrador Público, de não obedecer aos instrumentos jurídicos legais, que preveem a aplicação das alíquotas e dos enquadramentos dos veículos. Teremos que ter uma modificação da Resolução do CONTRAN. Essa análise será melhor analisada do que faço aqui neste espaço rápido, mas certamente não há como não se aplicar aquilo que está disposto na lei.

Entendo que o pedido de revisão é legal e, certamente, a Fazenda vai poder fazer uma análise especial, com a possibilidade de alguma brecha para não se cometer nenhuma injustiça. Embora, acho que os mais ricos, os mais endinheirados, que tem grandes caminhonetes que custam mais de R\$ 100 mil, R\$ 150 mil e até R\$ 180 mil têm que pagar o IPVA proporcional. Por que vão pagar IPVA de 1%? Paga o de 2,5. Acho que é bom fazer com que tenhamos aplicação do princípio da igualdade.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tenho certeza que a Secretaria da Fazenda vai responder ao ofício, que será aprovado pelo Deputado Strapasson e esclarecer as dúvidas, sem dúvida nenhuma.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O nosso Líder do Governo está dizendo que foi muito educado comigo. Serei, como sou sempre, um gentleman ao me dirigir a V. Exa. e aos nossos telespectadores da TV SINAL. Acho que fez muito bem a V. Exa. a calma, a tranquilidade do recesso parlamentar.

Quero lembrar a V. Exa. que o Governador Requião não aplica a lei federal para taxar os aposentados em 11%. Eu falava a V. Exa. em 8 e V. Exa. me dizia que era 11. O Governador está desrespeitando a lei federal em prol dos nossos aposentados, projeto aprovado nesta Casa há 10, 15 anos por nós Deputados, de minha autoria, que isentava os maiores de 70 anos, aposentados, de pagar a previdência. Como a lei que o Deputado Romanelli se refere é de 2004, o perigo é que, como o Governador não faz, ele poderia não aplicar a lei do CONTRAN para cobrar demais, vamos botar a mão no bolso do contribuinte.

Porém, se V. Exa. está dizendo que é de 2004, os nossos tributaristas e arrecadores do Governo: “Ah, de 2004, não estávamos cobrando”. Vamos taxar e cobrar a dívida ativa, juro e correção monetária e vamos taxar em 2009 todos os anos que eles não cobraram. Ou é irresponsabilidade do Governo que não cobrou e pode ser penalizado por ter se omitido, omissos, e não cobrar, mas não agora vir cobrar, na calada da noite vir meter a mão no bolso do contribuinte. Não se muda documento de carro, os ladrões falsificam o documento do carro, o chassi, as características, a cor. Então, talvez tenhamos que aprender, vamos mudar tudo. Daí, tudo bem, vamos meter a mão, vamos roubar, talvez os ladrões da mão armada estejam com a razão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a discussão. Em votação o requerimento do Deputado Strapasson. **Aprovado.**

Requerimento nº 045, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a Sessão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 047 e 048, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 031, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 049 a 053, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 029, 037, 055, 056, 057, 058, 060, 061 e 062, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 030, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 032 a 036 e 046, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 038, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 257 e 417/08.

2ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei nºs 847/07, 052, 320/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 271, 436 e 466/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Balancete Financeiro****Dezembro/08**

OFÍCIO Nº 001/2009

Curitiba, 26/01/09.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de 12/08, conforme relatório anexo,

pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Dezembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/12/2008
MÊS: Dezembro	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	29.933.225,00	282.333.225,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	29.933.225,00	282.333.225,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	198.148,00	598.148,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	198.148,00	598.148,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	30.131.373,00	282.931.373,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	996.624,07	3.069.673,06
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	996.624,07	3.069.673,06
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	996.624,07	3.069.673,06
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	18.302.545,23	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	18.302.545,23	9.355.128,98
TOTAL	49.430.542,30	295.356.175,04

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Dezembro	MÊS: Dezembro Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/12/2008
---	----------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	35.865.582,31	279.828.866,93
Pessoal e Encargos Sociais	32.015.416,71	243.464.756,93
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.850.165,60	36.364.110,00
DESPESAS DE CAPITAL	244.459,30	566.323,21
Investimentos	244.459,30	566.323,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	36.110.041,61	280.395.190,14
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RESTOS A PAGAR	0,00	657.285,32
Pagamentos	0,00	657.285,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.676.000,00	2.659.198,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	1.676.000,00	2.659.198,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	1.676.000,00	3.316.484,21
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.644.500,69	11.644.500,69
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	11.644.500,69	11.644.500,69
TOTAL	49.430.542,30	295.356.175,04

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadoria de Contabilidade

